

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE-UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO

**DO ENUNCIADO À MEMÓRIA: NA ORDEM DO DISCURSO DA REVISTA LETRAS
DA UFPR SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA DE 1953 A 1968**

PATRÍCIA CARDOSO

GUARAPUAVA
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE-UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO

**DO ENUNCIADO À MEMÓRIA: RASTROS DISCURSIVOS NA REVISTA LETRAS
DA UFPR SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA DE 1953 A 1968**

Dissertação apresentada por Patrícia Cardoso, ao Programa de Pós Graduação, em Letras da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Gabriel Witzel

Linha de pesquisa: Texto, Memória, Cultura

GUARAPUAVA
2015

C268e Cardoso, Patrícia
Do enunciado à memória: rastros discursivos na Revista Letras da UFPR sobre a institucionalização da linguística de 1953 à 1968 / Patrícia Cardoso.– Guarapuava: Unicentro, 2015.
x, 96 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Letras, Linha de Pesquisa: Texto, Memória, Cultura.

Orientador: Profa. Dra. Denise Gabriel Witzel;

Banca examinadora: Prof^a. Dr^a. Vanice Maria Oliveira Sargentini, Profa. Dra. Célia Bassuma Fernandes.

Bibliografia

1. Discurso. 2. História da Linguística. 3. Arquivo. 4. Memória Discursiva.
5. Língua Portuguesa. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Letras.

CDD 20. ed. 401.41



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Nº 013/2014 – PPGL/UNICENTRO

Prof. Dra. Denise Gabriel Witzel
(UNICENTRO)

Prof. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini
(UFSCAR)

Prof. Dra. Célia Bassuma Fernandes
(UNICENTRO)

Para uso da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Letras:

Ata de Defesa homologada pelo Colegiado do PPGL, conforme Ata nº _____, de _____, de _____ de 2014.

Título homologado pelo CPS/UNICENTRO, conforme Resolução nº _____, de _____ de 20_____.

Este documento não substitui o diploma.

É o que tem de bom as associações de ideias, umas vão puxando pelas outras, de carreirinha, a habilidade está em não deixar perder o fio à meada, em compreender que um caco no chão não é apenas o seu presente de caco no chão, é também o seu passado de quando não o era, é também o seu futuro de não saber o que virá a ser. (SARAMAGO, 2000, p. 53).

Ao Davi, minha Vida, minha Dádiva Divina

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^a. Denise Gabriel Witzel, a confiança que depositou em mim e, principalmente, pelos numerosos incentivos que sempre me deu.

À Prof^a. Célia Bassuma Fernandes, as contribuições valiosas durante suas aulas e para esta dissertação.

À Prof^a. Vanice Sargentini, a leitura do meu trabalho e participação na minha banca.

Aos professores do Departamento de Letras e de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Letras da UNICENTRO.

À Rosenilda Pereira Padilha, amiga de todas as horas, que sempre me acolhe, principalmente, nos momentos mais difíceis.

Ao Valmir, a colaboração nesse momento mágico que estamos vivendo ao lado de nosso filho.

À Jociane, a colaboração na leitura desta dissertação.

A todos meus colegas mestrandos, as divisões de alegrias e angústias durante esses dois anos de trabalho.

À CAPES e à Fundação Araucária, a bolsa concedida.

RESUMO

Nesta pesquisa, investigamos arqueologicamente a produção de saberes que contribuíram para alicerçar a disciplina da Linguística no Brasil entre 1953 a 1968, a partir de um arquivo de memória reverberado pela/na Revista Letras da UFPR. Mobilizamos os aportes teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, mais precisamente aqueles estabelecidos a partir dos “diálogos” entre Michel Foucault e Michel Pêcheux. O objetivo geral da pesquisa é analisar discursivamente a (trans)formação de discursos que tratam a língua(gem), focalizando um momento sócio-histórico em que os dizeres, a propósito de uma ciência da linguagem, começavam a ganhar dizibilidade. Compõem nossos objetivos específicos (i) investigar as práticas históricas, bem como as condições de existência de enunciados que constituíram a linguística no Brasil, mobilizando como categorias analíticas as noções de enunciado, de arquivo e de memória; (ii) descrever as redes de poder-saber que influenciaram os discursos sobre a Linguística; (iii) reconstituir certo trajeto que propiciou a emergência de alguns acontecimentos discursivos e o apagamento de outros cujos resultados apontam para o estado atual dos estudos linguísticos nas suas diversas especificidades. Em nosso arquivo materializado em 54 artigos da Revista Letras na dispersão dos enunciados, encontramos regularidades e a positividade que forma novos discursos acerca da institucionalização da Linguística, observando as manifestações dos discursos como constituintes de saberes e poderes. Olhando para o passado, problematizamos o lugar de Mattoso Câmara Jr. na institucionalização da Linguística, lugar envolto em complexas relações de saber-poder e de jogos de verdades que provocam silenciamentos e apagamentos. Mirando, também, outros discursos, na revista, percebemos algumas relações e regularidades como: (i) a publicação constante de Mansur Guérios; (ii) a predominância de um discurso dialetológico; (iii) enunciados que mantêm uma visão da gramatical tradicional; (iv) uma visão filológica e enunciados que apresentam efeitos de sentidos fundadores de uma nova fase na Linguística. Os levantamentos dessa pesquisa nos permitiram tocar em vários assuntos poucos explorados e compreender as maneiras pelas quais o conhecimento linguístico se produziu, desenvolveu, foi divulgado e percebido, uma vez que reconstituem os caminhos que levam ao estado atual dos estudos linguísticos no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; história da linguística; arquivo; memória discursiva; poder-saber; língua portuguesa.

ABSTRACT

In this research, we archeologically investigated the knowledge production which contributed for the consolidation of the discipline of linguistics in Brazil from 1953 to 1968, as of a memory archive published by the UFPR's Revista Letras. We mobilized the theoretical and methodological contributions of the French Discourse Analysis, more precisely those established from the "dialogues" between Michel Foucault and Michel Pêcheux. The main objective of the research is to discursively analyze the (trans)formation of discourses that address the language, focusing on the socio-historic moment in which the sayings, on the purpose of a science of language, began to have "sayability". Our specific objectives are composed by: (I) investigated the historical practices, as well as the statements existence conditions, which constituted for the linguistics in Brazil, mobilizing as analytical categories the concepts of statement, of archive and of memory; (II) describe the networks of power-knowledge which influenced the discourses about Linguistics; (III) reconstitute what led to the emergence of some discursive events and the removal of others whose results pointed to the current state of the linguistics studies in its several specificities. In our archive, materialized in 54 articles of the Revista Letras, in the dispersion of statements, we found regularities and the positively which forms new discourses about the institutionalization of Linguistics, observing the manifestations of discourses as part of knowledge and power. Looking into the past, we problematize the place of Mattoso Câmara Jr. in the institutionalization of Linguistics, a place surrounded by complexes relations of knowledge-power and by games of truths which cause silencing and erasing. Aiming, as well, other discourses, in the journal, we noticed some relations and regularities as for the: (i) constant publication of Mansur Guérios; (ii) the predominance of a dialectologic discourse; (iii) statements which maintain a traditional grammatical approach; (iv) a philological point of view and statements which present effects of founding senses of a new stage in the Linguistics. The surveying of this research allow us to approach several subjects little explored and comprehend, as for the ways in which the linguistics knowledge has produced, developed, was disseminated and perceived, once they reconstitute and lead to the current stage of the linguistics studies in Brazil.

KEYWORDS: Discourse; history of linguistics; archive; discursive memory; power-knowledge; Portuguese language

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Efeito de memória	página 32
Figura 2	Distribuição de autores que publicaram na Revista Letras	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ANÁLISE DO DISCURSO A PARTIR DA QUEBRA DOS ESPELHOS	16
1.1 MICHEL FOUCAULT E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DO DISCURSO...	17
1.1.2 Do enunciado ao arquivo.....	22
1.1.3 Memória discursiva	29
2.(DES)CONTINUIDADES HISTÓRICAS NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA NO BRASIL	33
2.1 BREVE HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA	34
2.2 O ACONTECIMENTO DA LINGUÍSTICA NO BRASIL	40
2.3 MATTOSO CÂMARA JR. NAS TRAMAS DE PODER-SABER NOS “JOGOS DE VERDADE”	45
2.3.1 Posição-sujeito de Mattoso Câmara Jr. na institucionalização da Linguística	52
3. NA ORDEM DISCURSIVA DA REVISTA LETRAS DA UFPR	60
3.1 POR ENTRE RELAÇÕES E REGULARIDADES	65
3.1.1 Tabus linguísticos.....	65
3.1.2 Enunciados nas tramas da gramática tradicional e da filologia.....	74
3.1.3. Enunciados com efeitos de sentidos fundadores de uma nova fase na Linguística	77
3.1.3.1. Dialetologia em evidência.....	85
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
5. REFERÊNCIAS	91

INTRODUÇÃO

Se voltarmos nosso olhar para o excerto de José Saramago, na epígrafe, notaremos que seu dizer aponta diretamente para o trabalho de um arqueólogo, na medida em que, diante de um “caco” no chão, não vislumbramos apenas o presente de um caco no chão. Antes, estamos diante de um vestígio material, portador de memórias do que fora um jarro, um vaso, um prato, enfim, um objeto com um passado e com um futuro. Recuperar o fio à meada, ou seja, recuperar traços de memória e seu papel na produção de sentidos é o desafio do analista de discursos, quando orientado pelo método arqueológico proposto por Michel Foucault. Isso porque, para esse filósofo, todo acontecimento discursivo:

[...] abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o procedem e o seguem (FOUCAULT, 2013a, p. 35).

Guiando-nos por essa linha de raciocínio e partindo do princípio de que a formação de um arquivo sobre um campo do saber impõe pensar o estatuto do acontecimento, no campo de uma memória, queremos desvelar, com os olhos do presente, as lacunas deixadas no fio do discurso, atentando para os enunciados tramados como um nó em uma rede, ligados a outros acontecimentos, podendo ser apreendidos na atualidade.

Seguindo a consideração foucaultiana de que é preciso conhecer o passado para compreender o presente, procuraremos, neste trabalho, investigar a espessura histórica dos acontecimentos que contribuíram para algumas transformações nos regimes dos saberes sobre a língua(gem), a partir de um retorno ao arquivo da memória da Linguística no Brasil e, particularmente, no Paraná. Para isso, mobilizaremos os aportes teórico-metodológicos da Análise do Discurso (doravante AD), de linha francesa, mais precisamente aqueles estabelecidos a partir dos “diálogos” (GREGOLIN, 2006) entre Michel Foucault e Michel Pêcheux.

Propomos investigar os saberes que alicerçavam os anos iniciais da disciplina da Linguística, no Brasil, e definiram as possibilidades de reinscrição e transcrição de certos dizeres. Revolvendo o passado, juntando alguns “cacos”, será possível trazer à tona os acontecimentos discursivos que permitiram a irrupção de certos enunciados, e não de outros, que forjaram a disciplina da Linguística. Nossa pretensão é, ao adentrar nos ritmos das descontinuidades, dar a ver enunciados materializados em 54 artigos da Revista Letras, da UFPR – de 1953 a 1968 -, abertos a repetições, a transformações e a reativações, formatando um campo de memórias discursivas e caracterizando os primeiros discursos sobre a institucionalização linguística.

Parafraseando Foucault (2013a), o grande problema que colocamos nas análises não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer; nem de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir; o problema não é mais a tradição e o rastro, não é mais o fundamento que se perpetua e, sim, as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos.

Isso nos leva a pensar na história, mas não naquela clássica que visa memorizar os monumentos do passado, a fim de transformá-los em documentos, para assim, reconstruir o que os homens disseram e fizeram por meio da descrição e hierarquização dos documentos. A história que nos importa é a Nova História, capaz de transformar os documentos em monumentos (FOUCAULT, 2013a).

O documento é monumento porque revela o poder das sociedades sobre a memória e sobre o futuro; guarda e manipula para “impor ao futuro determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1990, p.538). Desse modo, é instrumento de poder, pois revela e esconde, ao mesmo tempo, certos enunciados em detrimento de outros.

Seguindo esse raciocínio, não queremos interrogar sobre o que os documentos querem dizer, se se trata de algo verdadeiro ou falso, tampouco queremos descobrir, nos rastros do passado, a sua suposta origem. Nossa pretensão é, ao conceber o documento não mais como algo que “representa” alguma coisa, “estabelecer uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que [a história] não se separa” (FOUCAULT, 2013a, p. 8), mas descrever relações, trabalhar no interior, recortar, ordenar, distribuir, interrogar, enfim, desmontar e remontar algumas conexões entre os 54 artigos na Revista Letras e discursividade sobre a institucionalização da Linguística.

A escolha dessa Revista deu-se a partir do momento em que tivemos acesso ao texto *História da Linguística no Brasil* (2005), do professor José Borges Neto¹. Nesse

¹ O professor Borges Neto possui doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas

texto, ele observa, dentre outras questões, que essa revista foi pioneira nos estudos linguísticos, sendo a mais antiga em circulação no Brasil, com publicações periódicas até hoje. Isso, juntamente com o fato de que os poucos estudos relacionados à história dos estudos linguísticos aconteciam no eixo Rio-São Paulo, instigou-nos a investigar como ocorreu a institucionalização da Linguística segundo os autores que publicaram no Paraná.

Assim, nosso objetivo geral é analisar discursivamente a (trans)formação no regime dos saberes no domínio dos estudos linguísticos, focalizando um momento sócio-histórico em que os discursos, a propósito de uma ciência da linguagem, começavam a romper o instante, dispersar os sujeitos, ganhar dizibilidade e revolucionar as concepções de Linguística até então em voga. Contudo, vale sublinhar que, numa perspectiva arqueológica, as longas durações, as continuidades, as relações de causalidades são substituídas pelas descontinuidades históricas, pelas séries, pelos acidentes, pelas rupturas, pelos acasos, pelas heterogeneidades. Por isso, nosso olhar analítico diante do *corpus* procurará (i) investigar as práticas históricas, bem como as condições de existência no regime dos saberes que constituíram a linguística no Brasil, mobilizando como categorias analíticas as noções de enunciado, de arquivo e de memória; (ii) descrever as redes de poder-saber que influenciaram os discursos sobre a Linguística; (iii) reconstituir o trajeto que propiciou a emergência de alguns acontecimentos discursivos e o apagamento de outros cujos resultados apontam para o estado atual dos estudos linguísticos nas suas diversas especificidades.

Esclarecemos, ainda, que ao “fazer Análise do Discurso”, não é possível apoiar-se em um aparato teórico reduzido a um “método de análise”, pois uma das principais características dessa perspectiva teórico-metodológica é que as análises empreendidas pelo viés discursivo somente podem ser realizadas se for considerada a indissociabilidade entre teoria e prática (FERREIRA, 2005).

Os objetos, disponíveis via *internet*, que pretendemos explorar e compreender oferecem possibilidades de abordagem a partir dos conceitos de enunciado, memória e arquivo.

Nosso trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, procuraremos situar o leitor quanto ao nosso lugar teórico, explicitando a aproximação da AD, em sua terceira

(1991). Atualmente está aposentado e continua atuando como Professor Sênior no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFPR e como professor sênior na UNIOESTE. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Semântica, atuando principalmente nos seguintes temas: epistemologia da linguística, historiografia linguística, semântica formal e gramáticas categoriais. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4077649476520256>. Acesso em: set. de 2014.

época², com os pressupostos arquegenealógicos de Foucault. Nos diálogos entre Foucault e Pêcheux, ganhará relevo o conceito de enunciado, a partir do qual foi possível formatar o conceito de memória discursiva. Também a noção de arquivo será explicada, pois a partir dela visamos interpretar os primeiros enunciados materializados na Revista Letras.

No segundo capítulo, novamente seguindo o raciocínio foucaultiano de voltar ao passado, faremos uma breve história dos estudos da linguagem, tal como ela se inscreve em um lugar de verdade sobre os discursos ao longo dos séculos, até chegar ao acontecimento da Linguística enquanto ciência, inaugurada por Ferdinand Saussure. Fundamentalmente, queremos entender como se deram os processos históricos para a formação de um estudo linguístico. Daí, questionamos: Quais as formas de estudo privilegiadas? Quais as condições de existência e de circulação de enunciados que caracterizaram a implantação da Linguística? Logo após, destacaremos a entrada de certos aportes estruturalistas nos grandes centros acadêmicos brasileiros, dando ênfase ao nome que se sobressai: Mattoso Câmara Junior. Interessa-nos pontuar as relações de poder-saber que propiciaram ou interditaram a recepção de seus estudos, fundamentais e fundantes no campo da Linguística no Brasil. Para tanto, analisaremos três artigos de sua autoria, publicados na revista de nosso *corpus*.

Sempre levando em conta a descontinuidade e a dispersão, no terceiro capítulo, analisaremos os discursos presentes na Revista Letras, que datam de 1953 a 1968, atentando para as suas irrupções, os jogos de relações, correlações, os encadeamentos entre os enunciados e uma memória discursiva; a fim de compreender as regras e as condições que definiram a institucionalização da Linguística. Na sequência, apresentamos as considerações finais e as referências bibliográficas.

² A AD, em suas mudanças e reconsiderações divide-se em três épocas: na primeira época, a AD1, havia a ideia de que os discursos produzidos em um determinado momento eram resultados de condições de produções estáveis e homogêneas. Já na AD2, Pêcheux reconhece a noção de formação discursiva e a percebe como operadora do assujeitamento à maquinaria da formação discursiva à qual se identifica. Na terceira época, AD3, interroga o sujeito do discurso, o espaço da memória e a própria Análise do Discurso. Pêcheux, nessa última fase, a partir dos trabalhos de Michel Foucault, considera a noção de acontecimento discursivo trabalhando sob o signo da heterogeneidade.

1. ANÁLISE DO DISCURSO A PARTIR DA QUEBRA DOS ESPELHOS³

A Análise do Discurso surgiu num momento de grandes inquietações em torno do papel das ciências humanas, na França, nos anos 60. Michel Pêcheux, imerso no cenário marxista, influenciado pelos acontecimentos históricos das lutas de classes, dos movimentos sociais e, sobretudo, pelas formulações teóricas de Louis Althusser, deslocou essa reflexão para o âmbito da linguagem, promovendo um encontro entre uma teoria linguística derivada de Saussure, uma teoria da sociedade, derivada de Marx, e uma teoria do sujeito, derivada de Freud. A partir dessa articulação, - tríplice aliança - o discurso passa a ser entendido como a língua em funcionamento, operada por sujeitos na sociedade e na História. Logo, parte-se do princípio de que existe uma relação indissociável entre língua, história e sujeito.

Acompanhando o percurso metodológico desse campo constituído por Michel Pêcheux, podemos notar o papel central de Michel Foucault para o avanço da Análise do Discurso, a partir do momento em que o filósofo marxista se aproxima da problemática da Nova História⁴. Essa incorporação foucaultiana, atualmente, é refletida por vários grupos de pesquisas no Brasil⁵. Pretendemos, neste capítulo,

³ Expressão de Michel Pêcheux, presente no prefácio da tese de Jean-Jacques Courtine, intitulada Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos (COURTINE, 2009).

⁴ Um dos textos em que essa aproximação fica evidente é “A leitura e memória: projeto de pesquisa” (PÊCHEUX, 2012, p. 143). Nesse texto, o autor propõe uma redefinição de documento como monumento, e de enunciado como nó na rede, conforme o trabalho de Foucault em A Arqueologia do Saber, sugerindo mudanças do ponto de vista da abordagem sócio-histórica.

⁵ São eles: GEADA (Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, *campus* Araraquara; LABOR (Laboratório de Estudos do Discurso), da Universidade Federal de São Carlos; LIRE (Laboratório de Estudos Interdisciplinares das Representações do Leitor Brasileiro), da Universidade Federal de São Carlos; GEF (Grupo de Estudos Foucaultianos), da Universidade Estadual de Maringá; LABEDISCO (Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; LEDIF (Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos), da Universidade Federal de Uberlândia; GEDUERN (Grupo de Estudos do Discurso), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; CIDADI (Círculo de Discussões em Análise do Discurso), da Universidade Federal da Paraíba; TRAMA (Círculo Goiano de Análise do Discurso), da Universidade Federal de Goiás; AUDiscurso (Laboratório de Estudos do Audiovisual e do Discurso), da Universidade do Estado da Bahia; GEDAI (Grupo de Estudos Mediações, Discurso e Sociedades Amazônicas), da Universidade da Amazônia e GPEA (Grupo de Pesquisas em Especialidades Artísticas), da Universidade Federal de Uberlândia.

lançar alguns olhares quanto aos conceitos interligados de enunciado, arquivo e memória discursiva.

1.1 MICHEL FOUCAULT E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DO DISCURSO

Michel Foucault não pertence a um campo específico do saber. Ele é, como se autodefine, um “filósofo-pirotécnico” (FOUCAULT, 2004, p. 69). Suas contribuições, nas mais diversas áreas, inclusive na da linguagem, tornaram possível uma conexão com a AD. Em virtude disso, no Brasil, houve uma ramificação da disciplina. Não raro, ouvimos falar numa AD pecheutiana e outra AD foucaultiana.

Trazer Foucault para a AD não é pensar numa AD foucaultiana, mas numa análise do discurso inaugurada por Michel Pêcheux que, em sua terceira época, dá voz a Foucault, mediante os trabalhos de Jean Jacques Courtine (2009), ou seja, trata-se de pensar a AD com e a partir de Michel Foucault, respeitando limites e avanços. É, pois, nesse sentido, que Courtine (2009, p. 82), já em 1981, afirmava que “[...] reler Foucault não é ‘aplicá-lo’ à AD, é trabalhar sua perspectiva no interior da AD”.

Marcado por um desejo de conhecer melhor a linguagem e sua relação com a História, Michel Pêcheux revê as bases de sua teoria, deslocando o plano político da leitura marxista, fortemente influenciada pelas lutas de classes, e outras considerações sobre o discurso irrompem. Num momento sócio-historicamente sublinhado pela fragmentação da união das esquerdas e pela crise do marxismo, Pêcheux adverte, no prefácio da tese de Jean Jacques Courtine, que era chegada a hora de começar a “quebrar os espelhos”, ou seja, de questionar o real objeto da AD que se mostrava como uma “política (da Análise do Discurso)”, na qual “pesquisadores comunistas dedicavam-se à análise do discurso comunista”. Desse modo, o espelho refletia a própria imagem do objeto analisado, tornando-se uma prática de “imbecilidade” (PÊCHEUX, 2009, p.22).

Tal prática, ele explicita de forma crítica, criou uma “prótese de leitura” sob a

forma de uma ambiguidade: (i) a da objetividade meticulosa que supõe encontrar uma verdade do texto e (ii) a da política partidária cientificamente sustentada. Formulou-se, conseqüentemente, um dispositivo sofisticado de leitura que não reconhecia a heterogeneidade constituinte dos discursos e encontrava no “discurso comunista seu objeto privilegiado, correndo o risco, às vezes, de se ver preso a ele a ponto de refleti-lo e de reproduzi-lo” (PÊCHEUX, 2009, p. 23). Esse era o espelho a ser quebrado.

E foi justamente no prefácio da tese de Jean Jacques Courtine que Michel Pêcheux põe isso em discussão. Nesse instante, esse autor articula alguns conceitos de Foucault, mais precisamente aqueles presentes em *A Arqueologia do Saber* (2013a), com os princípios metodológicos da AD.

Como resultado desse deslocamento, Michel Pêcheux se aproxima das teses foucaultianas, como vemos no seu último livro: *O Discurso: estrutura ou acontecimento* (2006). Nessa obra, observamos uma crítica ao marxismo e ao desenvolvimento do conceito de formação discursiva (doravante FD) que seria:

aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc. (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Além disso, critica a maneira como a AD deixou de lado a noção de acontecimento:

A noção de 'formação discursiva' emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a ideia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora. (PÊCHEUX, 2006, p.56, grifos do autor).

Notamos, aqui, uma problematização do estruturalismo “narcisista”⁶ (PÊCHEUX, 2006, p. 46) e uma crítica ao conceito de estrutura fechada, de limites

⁶ Nunca se pode perder de vista que a versão original de Michel Pêcheux era uma pergunta (Le discours: structure ou événement?) que foi traduzida por Eni Orlandi como uma afirmação e uma aditiva (O discurso: estrutura e acontecimento). A questão da estrutura era um problema, um questionamento para o filósofo e não uma opção entre uma coisa e outra. Nesse caso, a própria língua e a história são problematizadas.

precisos que a FD havia se tornado, com a alegação do assujeitamento e de maquinaria discursiva. Além disso, ele inaugura novos conceitos para a AD, como a noção de “acontecimento” presente em todo o livro.

Michel Pêcheux propõe uma reflexão sobre a noção de discurso, pautando-se na relação entre a língua e a história. Analisa os efeitos de sentidos do enunciado *on a gagné*, cantado como um hino após a vitória de François Mitterrand, candidato da coligação de esquerda na França, em 1981. Esse enunciado migra de um campo esportivo - ganhar um jogo, ganhar uma medalha – para um campo semântico político.

A materialidade discursiva permanece a mesma, mas o sentido é alterado pelo acontecimento discursivo, pois algo novo faz trabalhar o contexto da atualidade e de memórias. Desse modo, o enunciado (*on a gagné*) é, ao mesmo tempo, perfeitamente transparente e profundamente opaco, isto é, possui uma univocidade lógica estabilizada como: o presidente Mitterrand ganhou a eleição, fato propagado pela mídia, porém, simultaneamente, é opaco, já que possui uma rede de associações implícitas que faz emergir uma série heterogênea de enunciados variáveis, não estabilizados (PÊCHEUX, 2006). Sob essa observação, Pêcheux vai pensar numa memória discursiva que aponta para os jogos enunciativos propostos por Michel Foucault.

Uma vez distanciado das ideias althusserianas e mais próximo dos conceitos advindos da Nova História, vemos uma preocupação de Michel Pêcheux com a noção de acontecimento, que traz mudanças importantes na metodologia da AD. Assim, não se entende mais o sujeito totalmente interpelado pela ideologia; as noções de estrutura e de acontecimento discursivo passam a ser observadas; instaura-se o enunciado como unidade de análise; a noção de formação discursiva, que antes se referia a um exterior ideológico, começa a ser examinada pela dispersão dos lugares enunciativos do sujeito; a partir do conceito foucaultiano de “campo associado”, chega-se ao conceito de memória discursiva, provocando uma mudança na elaboração do documento histórico, por meio da leitura do “arquivo”.

Esse novo encontro, vale dizer, é marcado por “diálogos e duelos” (GREGOLIN, 2006), pois ao mesmo tempo em que Pêcheux é “levado a proceder a alterações em seu projeto teórico, a partir das teses de Foucault, estende críticas a

ele concernentes à diferença do norte político seguido” (FERNANDES, 2012, p.14). Pêcheux, associado ao marxismo, não se separa totalmente das suas formulações e conceitos.

É, pois, em meio a repetições, reconfigurações e revalidações que Michel Foucault torna-se importante no interior dos estudos da AD. Como já dissemos anteriormente, ele não procurou fazer uma teoria do discurso, mas objetivou “[...] criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231). Destacamos, porém, que em “todas as suas análises centradas no homem” (MACHADO, 2006, p. 9), sobressai o interesse pelo discurso enquanto objeto de análise.

Foi porque o discurso adquiriu supremacia desde seu primeiro trabalho que o filósofo propôs uma análise arqueológica dos saberes, encontrando na história descontínua o seu lugar de emergência. Isso provocou um deslocamento das teses epistemológicas que, enquanto ciência, privilegiavam a questão normativa da verdade.

Parece-nos mesmo que a riqueza do método arqueológico é ser um instrumento capaz de refletir sobre as ciências do homem como saberes, neutralizando a questão de sua cientificidade e escapando do desafio impossível de realizar, nesses casos, uma recorrência histórica, como deveria fazer uma análise epistemológica. (MACHADO, 2006, p. 9).

Foucault vai na contramão de certos fundamentos da história tradicional como a continuidade, a concepção de sujeito, a busca por uma verdade do documento. Dessa maneira, dialogando com Nietzsche e com os historiadores da Nova História, se preocupa com as discontinuidades históricas, as séries, os acidentes, as rupturas, os acasos, as heterogeneidades.

Ao tematizar a historicidade do sujeito através dos discursos, Foucault trabalha com três modos de subjetivação/objetivação que compreendem a fase arqueológica, a genealógica e a ética estética de si.

Nessa fase arqueológica, os estudos recaem em torno da fundamentação dos saberes, focalizando os modos de investigação que procuram ascender ao estatuto de ciência, voltando-se para a objetivação do sujeito. “O sujeito é, portanto, o lugar para onde Foucault olhará na construção de sua obra. Ele é o seu objeto, seja enquanto objeto de saber, seja enquanto objeto de poder, seja enquanto objeto de construção identitária” (GREGOLIN, 2006, p. 58). Sintetizando, é pela produção de

subjetividade que é possível a objetivação dos sujeitos. Dessa forma, consoante Fernandes (2012, p. 74), é preciso “procurar mostrar, por meio da análise dos discursos, os procedimentos mobilizados para a produção da subjetividade e, conseqüentemente, dos sujeitos”. Além disso, toma como norte, também, o fato de que os saberes não são produzidos por acúmulo, nem se prestam a uma linearidade progressiva. Muito pelo contrário, é em meio a saltos e cesuras que se constitui um campo do saber.

Na segunda fase, a genealógica, Foucault analisa a articulação entre o poder e o saber. Há uma crítica à ideia de Aparelhos Ideológicos de Estado⁷, já que, para o filósofo, o poder se pulveriza em micro-poderes espalhados na sociedade. Nesse instante, procura investigar como o poder acontece na história política do conhecimento, mostrando como ele exerce e produz seus efeitos, fabricando indivíduos dóceis.

Na terceira fase, Foucault preocupa-se com as questões da sexualidade como aporte para investigar a subjetivação dos sujeitos a partir do governo de si e dos outros, propondo a constituição da histórica de uma ética e estética de si.

Vale dizer que essas fases elencadas não são estanques, mas apontam predominâncias de certos temas. A obra *A ordem do Discurso* (2012), como lembra Gregolin (2006), situa-se num limiar entre a fase arqueológica e a genealógica. Cada etapa é composta por certas nuances condizentes com o momento histórico e com a produção dos saberes.

Michel Foucault, ao longo de seu ditos e escritos, pensou nas questões históricas e problematizou os efeitos de poder e os jogos de verdade. Ao nos propormos a investigar a produção de saberes que contribuíram com os avanços da institucionalização da Linguística, interessamo-nos, fundamentalmente, pelos temas que nos ajudam a recuperar a espessura história da constituição de verdades, por meio do arquivo, e que convertem os enunciados em práticas discursivas. Especificamente, propomos, a partir de uma leitura de determinado arquivo, presente na Revista Letras da UFPR, rastrear práticas discursivas e regras de

⁷ O funcionamento da ideologia exercida pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), como a escola, a religião, a família etc. está a serviço de uma classe dominante que detém o poder e o controle da exploração capitalista. A prática do sujeito é sempre a prática da ideologia dominante que “'age' ou 'funciona' de tal forma que ela recruta sujeitos dentre os indivíduos (ela recruta a todos), ou transforma os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos interpelação” (ALTHUSSER, 1985, p. 96).

controle de sentidos que determinam/normatizam a ordem dos enunciados e constituem, por sua vez, os saberes relacionados aos estudos linguísticos no Brasil.

Na esteira das contribuições de Michel Foucault na AD, queremos investigar os saberes que alicerçavam os anos iniciais da disciplina da Linguística no Brasil e definiram as possibilidades de reinscrição e transcrição de certos dizeres. A partir de uma volta ao passado, é possível trazer à tona os acontecimentos discursivos que permitiram a irrupção de certos enunciados e não de outros. Posto isto, e seguindo nosso fio condutor, as discussões em torno do conceito de enunciado, arquivo e memória discursiva são de suma importância para entendermos os enunciados presentes na Revista Letras, enquanto práticas discursivas que organizam, determinam e atualizam formas de visibilidade e dizibilidade.

1.1.2 DO ENUNCIADO AO ARQUIVO

Foucault, ao desestabilizar lugares de verdade e ao romper com certa constituição de história global, privilegia a pluralidade de acontecimentos na sua dispersão. Não se busca mais uma origem do discurso ou uma verdade, mas uma descontinuidade de um saber que se transformou.

Longe da equivocidade que pode gerar a palavra “arqueologia”, como o ato de escavar na tentativa de desvendar um sentido secreto, o método arqueológico foucaultiano procura descrever as origens relativas, sendo necessário, portanto, “estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado” (FOUCAULT, 2013a, p.31). Assim, os sentidos são dispersos, desenvolvem-se em várias direções e matérias, não são construídos numa linha reta e mensurável.

Em consequência desse “sistema de dispersão”, Foucault formula o conceito de formação discursiva :

[...] no caso e que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se

puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) diremos por convenção que se trata de uma formação discursiva. (2013 a, p. 47).

Descrever o aglomerado de enunciados em busca de uma regularidade em meio à dispersão do acontecimento⁸, eis o que seria a FD para Foucault. Se, para Pêcheux, as FDs determinaram os limites discursivos entre os discursos opostos (antagônicos) no interior de classes vigentes, para Foucault, há um maior interesse pela maneira como se constituem certos saberes.

Ao lançar hipóteses sobre a questão de rastrear regularidades entre os discursos, Foucault analisa a constituição dos saberes enredada na dispersão dos enunciados. Desse modo, o enunciado, para o filósofo, é a parte elementar do discurso e possui uma relação de dependência e hierarquia com o arquivo. Para ele:

[...] o enunciado não corresponde à estrutura linguística da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apoia nos mesmos critérios [...] ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2013a, p.104-105).

O autor é claro na diferenciação dessas unidades - frase, proposição e ato de linguagem – pois não as confunde com o enunciado. Esclarece que o enunciado não é equivalente à frase, pois não se submete a uma estrutura fechada gramatical como o esquema sujeito-ligação-predicado, uma vez que existem os sintagmas nominais “este homem”, ou um advérbio “perfeitamente” que não seguem essa regra canônica. Além disso, ele pode estar desempenhado em um gráfico, em um quadro classificatório das espécies botânicas etc.

Foucault “vai negligenciar a hierarquia vertical das proposições, que se dispõem umas sobre as outras” (DELEUZE, 2005, p. 13). Não se trata, então, de pensar em algo verdadeiro ou falso. Por isso, o enunciado distingue-se da proposição. Por fim, o ato de linguagem também não se confunde com o enunciado, porque não há preocupação com o ato material, tampouco com a intenção de quem está realizando esse ato. O enunciado, inscrito numa prática discursiva, pressupõe

⁸ Para Foucault todos os enunciados podem ser descritos como acontecimento, aquele que é uma novidade histórica e ao mesmo tempo uma regularidade histórica das práticas. Nesse sentido, a novidade instaura novas formas de regularidade.

uma relação com outros enunciados que os instaura, enquanto o ato de linguagem acontece no momento em que o enunciador enuncia.

Essas diferenciações apontam o caráter englobante do enunciado, visto que, “qualquer série de signos, de figuras, de grafismos ou de traços – não importa qual seja sua organização ou probabilidade – é suficiente para construir um enunciado” (FOUCAULT, 2013a, p. 102). Logo, existe uma linha tênue entre o enunciado e a existência dos signos, já que é preciso uma língua para se ter um enunciado. Porém, não podemos dizer que há enunciados como dizemos que há línguas.

Em face disso, Foucault passa a considerar o enunciado não como uma unidade isolada em si mesma, mas como uma função enunciativa, a partir da qual se pode descrever as condições de existência, as regras de aparição e as transformações de saberes produzidas por um sujeito em um lugar legitimado e determinado por regras sócio-históricas. A partir disso, é possível “definir as condições nas quais se realizou o enunciado, e o fazem aparecer como um jogo de posições do sujeito, elemento em um campo [...] da materialidade repetível” (GREGOLIN, 2004, p.32).

Como função enunciativa, o enunciado requer, para se realizar, um referencial (não o fato em si, mas um princípio de diferenciação entre esse fato e outro); um sujeito (que não é um sujeito empírico e fonte do dizer, mas um sujeito que ocupa um lugar, sob certas condições, para ser sujeito do que diz); um campo associado (que não é o contexto real que se realizou o enunciado, mas um domínio de coexistência para outros enunciados); uma materialidade (que não é somente um suporte ou substância, mas possibilidade de uso e repetição).

Os sentidos do enunciado, considerando-o como função enunciativa, dependem da relação com outros enunciados para construir a significação do que foi dito. Isso pressupõe pensar na historicidade como um lugar onde se encontra o processo discursivo no qual os enunciados produzidos convocam a memória, conectando-se ao passado e ligando-se ao futuro. Daí não haver “enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha em torno de si, um campo de coexistências” (FOUCAULT, 2013 a, p.121). É precisamente a partir disso que será possível formular o conceito de memória discursiva nos domínios da AD. Voltaremos a isso logo mais à frente. Portanto, um enunciado sempre pode se tornar outro,

ainda que tenha a mesma materialidade repetível.

Nessa mesma direção, em meio a diálogos factíveis entre Foucault e Pêcheux, vale sublinhar o que afirma este último:

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. (2006, p. 53).

Essas observações reafirmam a importância de pensar o papel da memória vinculado à produção de sentidos e a outros enunciados que podem, por vezes, repetir-se, modificar-se ou adaptar-se, já que “não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados” (FOUCAULT, 2013 a, p.119).

O enunciado, desse modo, está inserido numa trama complexa de sentidos e apresenta relações possíveis com o passado, permitindo determinar relações entre si, o seu funcionamento e a memória em uma sociedade. Ele é:

[...] desde sua raiz, ele [o enunciado] se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual. Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. (FOUCAULT, 2013 a, p. 120).

Assim, os enunciados formatam dizeres que se cruzam, mas também se ignoram e se excluem. Para analisá-los, é preciso fazer uma descrição histórica que não se pergunta sobre um sentido oculto ou um sentido secreto que se esconde, mas analisa as condições históricas que possibilitaram o aparecimento de determinado enunciado e não outro. Ademais, “o enunciado não é nem oculto nem visível, o nível está no limite da linguagem [...] o súbito aparecimento de uma frase, o lampejo do sentido, o brusco índice, da designação, surgem sempre no domínio do exercício de uma função enunciativa” (FOUCAULT, 2013 a, p. 137).

Há, ainda, três características que os enunciados possuem: a raridade, a exterioridade e o acúmulo. O enunciado é determinado por uma lei da raridade. Nem tudo é sempre dito, nesse caso, o enunciado possui um sistema singular, ocupa um

lugar que só a ele pertence, em decorrência da exclusão de outros enunciados, segundo regras de aparecimento, condições de apropriação, de utilização que envolvem a questão do poder.

Daí provém a ideia de exterioridade, isto é, de restituir os enunciados à sua dispersão, considerando-os em sua descontinuidade “para apreender na sua própria irrupção no lugar e no momento em que se produziu; para reencontrar sua incidência de acontecimento” (FOUCAULT, 2013 a, p.149).

Em consequência disso, Foucault (2013a) observa alguns postulados: (i) o campo dos enunciados, entendido como local de acontecimentos, de regularidades, de relacionamento; (ii) o domínio enunciativo não toma como orientação um sujeito individual, nem uma consciência coletiva, mas um lugar possível dos sujeitos; (iii) as transformações, em suas séries sucessivas não obedecem à temporalidade da consciência, visto que o tempo dos discursos não é a tradução, cronologia visível do tempo obscuro do pensamento.

A noção de acúmulo parece estar entrelaçada com as ideias de raridade e exterioridade. Nela encontra-se o fio da temporalidade possível de “arrancar o discurso passado de sua inércia e reencontrar, num momento, algo de sua vivacidade perdida” (FOUCAULT, 2013a, p.151). Com isso, procuram-se os modos de existência dos enunciados na espessura do tempo em que subsistem, se conservam, são reativados, utilizados e até esquecidos.

Os enunciados, portanto, são considerados pela remanência, isto é, podem ser conservados por certos suportes institucionais ou podem ter remanência zero, quando são esquecidos (silenciados), sendo necessário desenrolar os jogos de memória e de lembrança.

Pela aditividade, os enunciados coexistem e se relacionam com os outros de maneiras diferentes, de acordo com sua natureza. E com a recorrência, todo enunciado compõe um campo de elementos antecedentes, em relação aos quais se situa, colocando o passado enunciativo como uma verdade, um acontecimento que se produzia e pode se transformar, modificar etc.

A proposta foucaultiana procura analisar os enunciados não como uma totalidade fechada, tampouco faz referência a uma intenção do sujeito, pelo contrário, ela volta-se para a dispersão de uma exterioridade e busca as formas

específicas de acúmulo.

Nesse sentido, estabelece uma positividade que fornece aos discursos uma unidade entre eles, indo além dos livros, textos. A positividade não revela quem estaria com a verdade, mas evidencia os enunciados que falavam “a mesma coisa”, definindo identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos. Em vista disso, para Foucault (2013a, p. 155), “a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori* histórico”, a condição de realidade dos enunciados, ou seja, as condições de existência dos enunciados, a lei de coexistência com outros, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem.

Assim, o *a priori* histórico deve dar conta dos enunciados em sua dispersão, não de verdades que poderiam ser ditas, mas de uma história, uma prática discursiva que forma grupos de objetos, conjunto de enunciados, jogos de conceitos, escolhas teóricas, tornando-se um volume complexo permeado por práticas discursivas heterogêneas e descontínuas (re)agrupadas em arquivos.

A palavra arquivo, num primeiro momento, pode suscitar alguns equívocos se olharmos para a sua etimologia. Derivada do latim *archivum*, significa lugar onde se guardam documentos. Por anos, se pensou no arquivo como um agrupamento de textos, papéis, documentos sobre determinado conteúdo, confundido-se como algo que preserva uma memória, que guarda uma cultura e até mesmo mantém uma identidade.

No entanto, para Foucault, o arquivo é o que pode ser efetivamente enunciado, dito ou escrito, no sentido de ser possível flagrar os sistemas da formação e transformação dos enunciados que se configuram por uma variedade de textos, de um trajeto temático ou ainda de um acontecimento. Ali é possível definir uma ordem das coisas que “aparecem graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo” (2013a, p. 158).

O arquivo, então, trata :

[...] da lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. [...] O arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade. (2013 a, p. 158).

Foucault atribui ao conceito de arquivo, num primeiro momento, a conexão imediata com o sistema de enunciabilidade. “Porém, ele não propõe uma análise aplainada dos textos para buscar as regularidades e as relações; ao contrário, considera o valor do arquivo não em sua unificação, mas na especificidade de cada texto” (SARGENTINI, 2004, p. 88).

O arquivo não é a representação de uma realidade material ou institucional. Não é, pois, o lugar onde se retiram fatos de maneira referencial, mas um processo de reatualização das configurações dos enunciados. “É o que na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade” (FOUCAULT, 2013a, p. 158).

Importa dizer que o arquivo não pode ser descrito totalmente, ele não é fechado, muito pelo contrário, está sempre em construção com possibilidades de novas outras ocorrências. Dessarte, o arquivo se dá por fragmentos, regiões e níveis na descontinuidade dos fatos. A descrição do arquivo, segundo Foucault (2013a, p.160):

[...] desenvolve suas possibilidades (e o controle de sua possibilidade) a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser nossos; seu limiar de existência é instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer e do que fica de fora de nossa prática discursiva; começa com o exterior da nossa própria linguagem; seu lugar é o afastamento de nossas práticas discursivas. Nesse sentido, vale para nosso diagnóstico. Não porque nos permitiria levantar o quadro de nossos traços distintivos e esboçar, antecipadamente, o perfil do que teremos no futuro, mas porque nos depreende de nossas continuidades; dissipa essa identidade temporal e que gostamos de nos olhar para conjurar as rupturas da história [...].

Descrever o arquivo na sua emergência, compreender as regras, práticas, condições que constituem o saber de uma época e o funcionamento dos discursos é o cerne da proposta arqueológica de Michel Foucault. Em outras palavras, é preciso interrogar o já-dito no nível de sua existência e da função enunciativa que nele exerce, da formação discursiva a que pertence e do arquivo a que faz parte.

Esse é o caminho que nos abre possibilidade para descrever analiticamente o objeto teórico que esta dissertação propõe. Desse modo, considerando a descontinuidade na história, podemos analisar os enunciados e as condições de existência que formatam um campo de memórias discursivas sobre a disciplina da

Linguística no Brasil.

Assim, tomando como esteio essas considerações acerca do enunciado e arquivo, é importante explanarmos o conceito de memória discursiva.

1.1.3 Memória discursiva

O sujeito não é fonte do sentido; ele, o sentido, se constrói na história mediante o trabalho da memória. Desde Michel Pêcheux repete-se que todo discurso é um produto do interdiscurso. Sob a ótica de Pêcheux, há sempre um pré-construído, o interdiscurso e os dois esquecimentos. Compreende-se, com os avanços da teoria, que “memória precisa ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2010, p.50). Em tal tradição da AD, cujo *corpus* inicial era de ordem política e institucional, somos instados a “enfrentar a diversidade do arquivo, trabalhar sobre os traços da memória e, principalmente, sobre essa ‘memória da história’ que atravessa o arquivo não escrito dos discursos subterrâneos” (MALDIDIER, 2003, p. 57).

Acentuando o caráter heterogêneo do discurso e a relação entre sujeito, história e produção de sentido, Courtine (2009) propõe pensar a FD como fronteiras que se deslocam e cujo movimento é impulsionado pela memória discursiva, considerando principalmente a existência histórica do enunciado argumentando que:

Toda formulação apresenta em seu domínio associado outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega... isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos; mas toda formulação mantém igualmente com formulações com as quais coexiste (seu “campo de concomitância”, diria Foucault) ou que lhe sucedem (seu “campo de antecipação”) relações cuja análise inscreve necessariamente a questão da duração e da pluralidade dos tempos históricos no interior dos problemas que a utilização do conceito de FD levanta. (COURTINE, 2009, p. 104).

Esse conceito de memória diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas. Trata-se, pois de um domínio de memória centrado na

interdependência do interdiscurso. Logo, o discurso é constituído por outros discursos ou por elementos do discurso que são portadores de memórias.

Portanto, nosso gesto analítico discute os artigos da Revista Letras - que compõem nosso corpus – e diante do espaço de memória convocado por essa materialidade, visa examinar as condições de existência e de circulação dos enunciados, as posições de sujeito e as relações estabelecidas com a história e a memória. Ou seja, a partir do que foi publicado na revista ente 1953 e 1968, veremos o que é reverberado e o que é apagado (silenciado) em decorrência das imposições próprias da FD.

Pensando com Foucault, a questão da memória discursiva abre possibilidades para os analistas de discursos interrogarem sobre o efeito de memória na atualidade de um acontecimento, mediante descrição e interpretação de diferentes materialidades da linguagem.

Ao fazer uma releitura da *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2013a), mais especificamente dos pressupostos que tratam do campo associado, dos enunciados, Courtine (2009) formula o conceito de memória discursiva e dá voz à Michel Foucault, na AD. Propõe, então, a noção de memória discursiva, distinguindo-a de uma memória psicologizante, segundo a qual os indivíduos se lembram de algo. Ele pensa numa memória sócio-histórica inserida em práticas discursivas, por meio de repetição e esquecimento de alguns elementos do saber.

Os discursos, portanto, produzem uma memória tanto de anterioridade, ao buscar outros discursos “esquecidos, silenciados” no passado, quanto de ulterioridade, ao rastrear discursos que, retomados, produzem novos e diferentes efeitos de sentidos. Assim, é nesse jogo da complexidade entre uma memória e a irrupção na atualidade do acontecimento que ocorrem “efeitos de memória” (COURTINE, 2009, p. 106) , isso porque “os enunciados existem no *tempo longo de uma memória*, ao passo que as 'formulações' são tomadas no *tempo curto da atualidade de uma enunciação*”.

Logo, a memória discursiva determina o que pode entrar ou não na ordem do enunciável e possui uma relação com a língua, a sociedade e a cultura. Em vista disso, atestamos o caráter heterogêneo do discurso, onde algumas memórias são reverberadas e outras são silenciadas e, conseqüentemente, não entram na ordem

do discurso. São sentidos outros “que dividem em pedaços a lembrança dos eventos históricos, preenchidos na memória coletiva de certos enunciados, dos quais elas organizam a recorrência, enquanto consagram a outros a anulação ou a queda” (COURTINE, 1999, p.16).

Em consonância com tais ideias, Pêcheux (2010, p.52) concebe a memória como:

[...] aquilo que, face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Nessa linha de raciocínio, Pêcheux trata o discurso como um acontecimento que pode comportar várias leituras sobre o mesmo evento. Decorrente disso, observamos o caráter heterogêneo do discurso e sua ligação “inextricável” entre memória e a história feita de esquecimentos, silenciamentos que, por sua vez, “truncam-se, escondem-se, atenuam-se ou desaparecem” (COURTINE, 1999, p. 19).

A memória interdita e tende a ruir sob o peso do acontecimento, provocando uma interrupção; pode desmanchar a regularização, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída. Enfim, sob o choque do acontecimento, há sempre um jogo de força na memória que pode manter uma regularização ou, ao contrário, desregular.

Nesse sentido, cada enunciação reconstrói, ressignifica a memória que não deve ser tomada “como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer, a retomada e a circulação do discurso” (ACHARD, 2010, p. 17). Assim, a produção dos sentidos pode se dar via estabilização ou, contrariamente, via movência, no espaço de transformações de sentido. Gregolin (2007, p.164) nos diz que:

[...] isto nos mostra que a instalação de novas representações não elide a coexistência dos sentidos tradicionais: como 'um nó na rede' cada enunciado relaciona-se com outras séries de formulações, com outros trajetos que se cruzam e constituem identidades [verdades] através da reativação da memória.

O sentido de memória é frequentemente tomado como interdiscurso, a partir

do que diz Michel Pêcheux, na sua obra *Semântica e Discurso* (2009, p.162), em que à luz do “todo complexo das formulações ideológicas”, vai seguir o raciocínio de que “algo fala (*ça parle*), sempre, antes, em outro lugar independentemente”. Porém, não devemos esquecer os limites e imbricamentos entre a memória e o interdiscurso, apreendido na estrutura do enunciado. Já a memória é determinada pela historicidade dos discursos, observando o tempo e o contexto histórico em que o enunciado foi produzido.

Por isso, é por meio do efeito da memória discursiva que acionamos outros discursos via interdiscurso - lugar de composição de singulares discursos, provindos de diferentes situações históricas e de diferentes lugares sociais, entrelaçados no interior de uma formação discursiva - e intradiscurso - dimensão horizontal, lugar de constituição do fio do discurso, para então, localizar os vestígios da memória que proporcionam a produção dos sentidos (COURTINE, 2009).

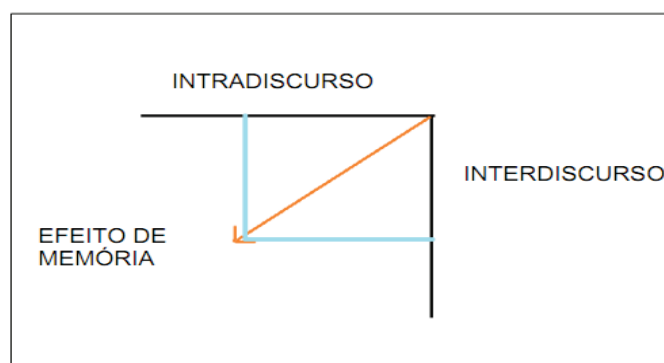


Figura 1: efeito de memória

Importa-nos, portanto, saber se os enunciados trazem consigo outros já-ditos via interdiscurso que provocam um efeito de memória. Pois, assim como diz Pêcheux (2006, p. 56), é preciso tratar o discurso não como um “aerólito miraculoso, independente das redes de memórias e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe”, mas como algo que, só por sua existência, “marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos”.

Com as noções de “deriva” de “desestruturação” das redes de memória e dos trajetos de sentido em que todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas, Pêcheux (2006) apresenta reflexões, enfatizando a inescapável articulação entre língua, memória e história.

2. (DES)CONTINUIDADES HISTÓRICAS NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA NO BRASIL

Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas. (ROSA, 1994, p.253).

A emergência da disciplina da Linguística, no Brasil, não aconteceu de forma rápida e tranquila. Houve diversos fatores, não somente no âmbito dos estudos da linguagem, mas também no âmbito do poder acadêmico e político que, durante muito tempo, privilegiaram outros estudos.

Desse modo, antes de adentrarmos nos enunciados escritos na época que a Linguística institucionalizou-se, precisamos olhar um pouco mais para o passado, a fim de dar visibilidade às relações de saber-poder (será visto mais à frente) que, mediante práticas discursivas e não discursivas, construíram algumas verdades e silenciaram outras. Pretendemos, portanto, fazer aparecer o algo a “mais” que (im)possibilitou o surgimento de uma nova disciplina (FOUCAULT, 2013, p. 59). Fundamentalmente, queremos entender como se deram os processos históricos para a formação de um estudo linguístico? Quais as formas de estudo privilegiadas? Quais as condições de existência e de circulação de enunciados que caracterizaram a implantação da Linguística?

Para isso, trazemos à baila uma breve história dos estudos em torno da linguagem até chegar ao acontecimento da Linguística enquanto ciência pensada por Ferdinand Saussure. No Brasil, os estudos linguísticos acontecem em torno dos pressupostos saussurianos, sendo assim, faremos um panorama das condições de existências que propiciaram (ou não) o surgimento da Linguística enquanto disciplina. Nesse instante, o nome de Joaquim Mattoso Câmara Jr. se sobressai, sendo imprescindível fazer uma análise sob seus escritos presentes na Revista Letras, intitulados: *Língua e Cultura; A classificação das línguas indígenas no Brasil e Nomenclatura Gramatical*.

2.1 BREVE HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA

Creio que é preciso ter a modéstia de dizer que, por um lado, o momento em que se vive não é esse momento único, fundamental ou irruptivo da história, a partir da qual tudo se realiza ou tudo recomeça; é preciso ter a modéstia de se dizer ao mesmo tempo que - mesmo sem essa solenidade - o momento em que se vive é muito interessante e exige ser analisado, decomposto, e que de fato saibamos nos colocar a questão: o que é atualidade? (FOUCAULT, 2013a, p. 341).

Recuperar a espessura histórica do acontecimento da Linguística é uma tarefa necessária e difícil para compreendermos os dimensionamentos atuais. Pensando dessa maneira, buscamos, neste capítulo, algumas regularidades nos enunciados que apontam para as reflexões em torno dos estudos linguísticos para que assim possamos visualizar como se construíram os saberes em torno da linguagem que influenciaram e influenciam os estudos linguísticos no Brasil e, mais especificamente, no Paraná.

Importa dizer, que o gesto de descrição dos saberes que atravessam e constituem a história da Linguística destinam-se tanto à busca de uma regularidade na dispersão, levando em consideração seu caráter de acontecimento, quanto à análise de sua recorrência enunciativa.

(Re)visitando o passado, Mattoso Câmara Jr., na sua *História da Linguística* (1975) relata que nas sociedades primitivas, a linguagem era um fenômeno tão natural e espontâneo que não havia uma preocupação em estudá-la. Entretanto, com o passar do tempo, alguns acontecimentos, como a invenção da escrita, favoreceram a análise da linguagem. Já, nesse momento, nota-se a relação da linguagem com os fatores sociais e culturais, uma vez que foi por meio de uma nova atitude social, de um novo dimensionamento no olhar que ocorreram mudanças nos saberes a propósito da língua, do sujeito e da sociedade como um todo.

Aquele linguista cita alguns fatores para tais mudanças. São eles: (i) a diferenciação de classes (as classes superiores tentam preservar traços linguísticos considerados corretos e que se opõem às classes inferiores); (ii) o contato com

comunidades estrangeiras que falam outras línguas estimula a busca do domínio dessas línguas; (iii) comparação da língua atual com as formas linguísticas do passado (referindo-se à Filologia); (iv) desenvolvimento da ciência (linguagem como instrumento do pensamento filosófico e o pensamento se disciplina pelo disciplinamento da linguagem); (v) o estudo das características biológicas que contribuem no uso da linguagem; (vi) o estudo da linguagem na perspectiva da sociedade humana como fenômeno histórico; (vii) o estudo da linguagem na perspectiva de sua função na comunicação social (tentativa de explicar a origem, desenvolvimento através do tempo e seu meio de funcionamento real na sociedade).

De acordo com tais fatores, os estudos da linguagem são classificados em: (i) Pré-Linguística, aquilo que ainda não é uma linguística (Estudo do Certo e do Errado, Estudo da Língua estrangeira e Estudo Filológico da Linguagem); (ii) Paralinguística, que não entra no domínio da linguagem propriamente dita (Estudo Biológico e Estudo Lógico da Linguagem); (iii) Linguística propriamente dita (Estudo Histórico e Estudo Descritivo da Linguagem).

No período Pré-Linguístico, na Índia antiga, encontramos uma preocupação com o estudo da linguagem em relação à pronúncia correta dos textos religiosos dos Vedas. Contudo, a principal obra indiana surge mais tarde, com a descrição do sânscrito, por Pānini. Esses estudos permaneceram desconhecidos no ocidente até o século XVIII, não tendo, portanto, grande influência no desenvolvimento do estudo científico da linguagem.

A história registrada da linguística vem da cultura grega antiga e tem como principais representantes Platão e Aristóteles cujas reflexões eram de cunho filosófico e lógico. Platão refletiu sobre problemas fundamentais da linguagem. Em um de seus diálogos do *Crátilo*, há um debate sobre o caráter arbitrário da língua, no qual o personagem Sócrates defende o naturalismo, isto é, a existência de uma relação natural entre a forma da palavra e o sentido que ela expressa; por exemplo, as onomatopeias seriam representações naturais da palavra. Em contrapartida, o personagem Crátilo defende o convencionalismo do signo linguístico, entendendo não haver uma razão específica para designar a palavra. Logo, o som não teria relação com o sentido que ela designa e não existiria uma conexão entre as palavras e as coisas.

As bases da gramática de Aristóteles desenvolveram-se sob um aspecto lógico, segundo o qual a língua seria um reflexo da organização do pensamento. Havia uma preocupação maior em descrever a forma pura e geral do pensamento, resultando na gramática normativa e suas distinções sobre as partes do discurso (substantivo, verbos, partículas).

Ao lado desses estudos, deparamo-nos, também, com o estudo filológico cuja tarefa principal era a explanação das produções dos grandes autores da literatura que eram considerados um modelo de língua a ser seguido como arte de escrever e falar corretamente. Nessa linha de raciocínio, todos que quisessem escrever tinham que, necessariamente, seguir as regras desses autores de obras clássicas. Para estabelecer quais regras e quais versões de um mesmo texto clássico iriam usar, os gregos criaram a disciplina da Filologia, com o intuito de confirmar a originalidade de um texto, visto que se encontravam distantes do seu tempo. Desse modo, os filólogos valiam-se das regras da gramática, baseadas na definição dos clássicos, para falar bem e escrever bem.

No decorrer dos anos, a gramática fixou-se como aquela que determina as formas corretas e as formas incorretas, seguindo os falares eruditos. Por causa desse estudo sobre o “erro clássico” nasceu, na Grécia, a gramática de Dionísio de Trácia.

Os romanos também aplicaram ao latim as principais conquistas gregas. A necessidade de uma língua única, com o crescimento do Império Romano, fez com que a linha lógica sobre o estudo do Certo e do Errado prevalecesse. Nessa época, ocorria um conflito entre a língua falada pelas classes rurais e a língua oficial dos superiores, entendida como aquela da “administração, dos negócios, do direito, da erudição e da promoção social” (ROBINS, 1979, p. 35).

Essa clivagem do Certo e do Errado impôs uma importante segregação, na medida em que elegera e determinou algumas formas linguísticas em detrimento de outras. Na gramática romana, em especial a de Varrão, a sua formalização descritiva da gramática foi tão influente que ainda hoje apresentam resquícios em vários compêndios de ensino tradicional⁹.

⁹ Em muitas gramáticas, ainda se recomenda e até se impõe o uso “correto” das colocações pronominais como exemplo: “fá-lo-ei” ou “dir-lho-ás”. Tal fato se deve, em grande parte, à gramática usada pelos romanos.

Durante a Idade Média, destacam-se os tratados de Donato e Prisciano, como exemplos de ensino da gramática latina. Observamos, nessa época, uma tendência de manter o latim como língua de erudição, principalmente por ser priorizado pela igreja.

No século XVII, com o latim em baixa, os autores Claude Lancelot e Antonie Arnauld criaram a Gramática de *Port- Royal* cujo objetivo era descrever a linguagem buscando os traços comuns com outras línguas para, então, elaborar uma gramática dominante universal. Conforme afirma Robins (1979, p. 92), esses gramáticos:

[...] além de pretenderem alcançar maior progresso científico, evitar controvérsias estereis e facilitar a comunicação entre os homens cultos de todas as regiões, [...] estavam também motivados por outros fatores: tornar mais fácil o comércio, unir as igrejas protestantes e desenvolver a ciência criptográfica.

Juntamente com essa contextualização histórica, ressaltamos a forte influência lógica e prescritivista da gramática de *Port-Royal*. Ela foi construída com base no pensamento aristotélico e na razão humana com a simples função de comunicar. Assim, notamos um ideário de que a linguagem reflete o pensamento, logo, a arte de falar bem estaria relacionada à capacidade de explicar bem o raciocínio.

No século XIX, flagramos o surgimento do método comparativo que baseia-se na premissa de que as línguas poderiam ser comparadas pelo sistema fonético, pela estrutura gramatical e pelo vocabulário, passando a estabelecer um tipo de parentesco entre as línguas e a descrever a evolução das suas famílias. Os filólogos comparativistas descobriram que as línguas tão diferentes como o sânscrito, o persa, o armênio, o grego, o latim, o germânico etc. derivam de uma mesma língua mãe, o indoeuropeu.

Destaca-se, nessa época, o alemão Friedrich von Schlegel, que no seu livro, *Sobre a língua e a filosofia*, usa o termo “gramática comparativa” e aponta uma origem comum entre o sânscrito e as línguas europeias. Esse autor teve grande influência para o advento da Linguística como ciência. Segundo Mattoso Câmara Jr. (1975, p. 35):

Não sendo especialista em estudos da língua, mas um grande erudito

interessado em problemas da linguagem, teve um público muito maior que qualquer especialista em estudos da língua e contribuiu para vulgarizar a ideia do estudo histórico das línguas e da gramática histórico-comparativa. [...] Além disso, suas idéias sobre a classificação das línguas foram o ponto de partida para classificações tipológicas em moldes que tiveram muita aceitação em seguida.

Entretanto, foi com o alemão Franz Bopp, notadamente com a sua *Gramática Comparativa* do sânscrito, armênio, latim, lituano, antigo eslavo, gótico e alemão, que se designou uma família linguística indoeuropeia. Esse autor “abriu o caminho para o desenvolvimento de um dos dois aspectos da ciência da linguagem ou linguística propriamente dita – o estudo histórico da linguagem” (MATTOSO CÂMARA, 1975, p. 40).

No final do século XIX, os chamados neogramáticos, baseados no positivismo, criaram um método de pesquisa das ciências naturais. Por meio da analogia, todas as mudanças no sistema fonético de uma língua estão sujeitas à operação de leis fonéticas regulares. Martellota (2008, p. 51) exemplifica:

A palavra portuguesa “campa” (sino), por exemplo, por ser proveniente do latim *campâna* (espécie de balança romana), deveria ser pronunciada como *campã*, seguindo a evolução *campãa* e *campã*. Segundo alguns autores, por analogia com a palavra campo, o acento tônico se deslocou para a primeira sílaba, enfraquecendo a nasalidade. Esse é um exemplo de como a analogia pode modificar as tendências ditadas pela mudança fonética.

O método histórico-comparativo irrompe com a tradição aristotélica apoiada na lógica e vai pensar na análise histórica e na mutabilidade da língua como forma de reconstruir a sua forma antiga, com base nos indícios oferecidos por outras línguas da família. Herder e Humboldt, a partir da tese do relativismo linguístico, ressaltam a importância do aspecto social que influencia a organização do pensamento e a percepção que temos do mundo. As principais críticas que pesam sobre a gramática histórico-comparativa é o fato de deixar de lado o fenômeno sincrônico. Além disso, não chegou a construir uma teoria consistente que explicasse de modo mais sistemático como o indivíduo interfere na comunicação. (MATTOSO CAMARA, 1975).

Todos esses acontecimentos foram essenciais para que houvesse uma mudança radical nos rumos dos estudos da linguagem, a criação da Linguística como ciência, distinguindo-se nitidamente dos pressupostos filológicos e histórico-

comparativos. Mas qual seria, diante de tais diferenças, a utilidade da Linguística? Saussure (2012, p.38) responde dizendo:

Bem poucas pessoas têm a respeito ideias claras [...]. Mas é evidente, por exemplo, que as questões linguísticas interessam a todos – historiadores, filólogos etc. - que tenham que manejar textos. Mais evidente ainda é a sua importância para a cultura geral: na vida dos indivíduos e das sociedades, a linguagem constitui fator mais importante que qualquer outro. Seria inadmissível que seu estudo se tornasse exclusivo de alguns especialistas; de fato, toda a gente dela se ocupa pouco ou muito; mas [...] não há domínio em que tenha germinado ideias tão absurdas, preconceitos, miragens e ficções. Do ponto de vista psicológico, esses erros não são desprezíveis; a tarefa do linguista, porém, é, antes de tudo, denunciá-los e dissipá-los tão completamente quanto possível.

Assim, Saussure, por meio de seus discípulos, no seu *Curso de Linguística Geral*, em 1916, posiciona a Linguística e, a partir do seu corte epistemológico, no qual concebe a língua como um sistema fechado sobre si mesmo de modo que poder-se-ia estudá-la a partir de suas regularidades, estabelece uma sistematização interna para pensar a linguagem¹⁰. Propõem, portanto, uma abordagem descritiva e sincrônica da linguagem, diferenciando-a dos estudos comparativos e diacrônicos que até então vinham se consolidando. É, nesse momento, portanto, que se considera a Linguística Moderna como uma ciência, e sobre essa perspectiva os estudos linguísticos se instauraram no Brasil:

A pesquisa Linguística na universidade brasileira surge com a criação dos Cursos de Letras. Estes aparecem no Brasil no bojo do projetos de criação das Faculdades apenas nos anos 30 do século passado, embora houvesse reivindicações anteriores para a existência de uma formação superior em línguas e literaturas e mesmo experiências efêmeras no início do século XX. (FIORIN, 2006, p. 12).

O que escrevemos até aqui é o que ingressou nos estudos linguísticos como um lugar de verdades, no sentido que Foucault dá ao termo. Para além de uma vulgarização científica, esses entendimentos se cristalizam com um lugar de memória, obviamente passível de serem problematizados.

¹⁰ É importante lembrar que, atualmente existem outros estudos sobre os manuscritos de Saussure que problematizam essa questão.

2.2 O ACONTECIMENTO DA LINGUÍSTICA NO BRASIL

O início do processo de institucionalização e cientificação dos estudos linguísticos no Brasil começa a se delinear a partir da década de 1930, com a criação das primeiras Faculdades de Filosofia, em São Paulo e no Rio de Janeiro¹¹. Até então, os estudos relacionados à linguagem possuíam o caráter autodidata e os estudiosos de Letras tinham formação superior de outra natureza¹². Eram os casos de Sousa da Silveira, formado em Engenharia; Antenor Nascentes, em Direito; Mattoso Câmara, formado em Arquitetura e Direito.

Devido a isso, com a falta de especialistas para reger os cursos de Letras das recém-criadas Faculdades de Filosofia, contratavam-se professores da Europa, mais especificamente da França ou de Portugal, que aqui deixaram seus discípulos. Foi o caso dos seguintes professores: Roger Bastide, Fernand Braudel, Giuseppe Ungaretti, Claude Levi-Strauss etc. A influência dos professores europeus foi tanta que os seus discípulos ocuparam as principais cátedras universitárias do país e foram responsáveis, até meados dos anos sessenta, pelo menos, pela propagação e congregação do maior número de adeptos dos assuntos linguísticos, ainda que alguns deles nunca aceitassem ser chamados de “linguistas”, mas de filólogos. São eles:

Manuel Said Ali Ida (1861-1953); Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira (1883-1967); Antenor Nascentes (1886-1972); Augusto Magne (1887-1966); Ernesto de Faria (1906-1962); Sílvio Edmundo Elia (n. 1913); Serafim da Siva Neto (1917-1960); Gladstone Chaves de Melo (n. 1917); Theodoro Henrique Maurer Jr. (1906-1970); Isaac Nicolau Salum (1913-1993); Francisco da Silveira Bueno (1898-1989); Celso Ferreira da Cunha (1917-

¹¹ Segundo Cristina Altman (1998, p. 68), “[...] a primeira Faculdade de Filosofia regularmente organizada, foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, fundada em 1933, em São Paulo. Em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo, que incorporou às instituições já existentes – Direito, Medicina, Engenharia, Escola Agrícola, Farmácia e Odontologia – uma Faculdade de Filosofia. Em 1935, foi criada a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, que também instituiu uma Faculdade de Filosofia e Letras”.

¹² Fiorin (2006) explica que a criação tardia das universidades brasileiras ocorre por vários motivos: no período colonial, a atenção monopolizada estava voltada à Universidade de Coimbra, restringindo-se aos cursos de Teologia e Filosofia nos seminários católicos para formar padres; no período da vinda da corte real para o Brasil (1808) e da independência do país (1822), houve a necessidade da fundação do ensino superior, criam-se, assim, a Academia Militar, a Academia da Marinha, os Colégios Médico-Cirúrgicos da Bahia e do Rio de Janeiro, a Faculdade de Direito de Olinda, a Faculdade de Direito de São Paulo, a Escola de Agricultura da Bahia, a Academia de Belas Artes; no período da República brasileira, os adeptos do positivismo posicionavam-se contrários à criação das universidades.

1989); Antonio Houssaiss (n. 1915). (ALTMAN, 1998, p. 69).

Observando esses nomes, alguns de seus trabalhos de atuação e o tratamento dado aos assuntos linguísticos, podemos afirmar que até meados dos anos setenta, o estatuto de cientificidade que legitimava o trabalho dos pesquisadores dedicados à matéria linguística no Brasil era predominantemente de cunho filológico, confundido, muitas vezes, com estudos literários. Como ratifica Mattoso Câmara, no ano de 1968:

Não obstante o progresso feito em linguística geral, linguística do português e dialetologia, a filologia em seu sentido estrito continua a merecer o interesse predominante dos estudiosos brasileiros. O ensino do português nas universidades brasileiras é principalmente de caráter filológico e freqüentemente se confunde com estudos literários. (MATTOSO CÂMARA, *apud*, ALTMAN, 1998, p.71).

Fiorin (2006, p. 17) também confirma esse fato ao dizer que a cátedra dos primórdios das faculdades “[...] era predominantemente histórica. Além da gramática histórica, insiste-se, ao estudar a história da língua, na língua literária, principalmente dos autores que foram considerados modelos de perfeição lingüística”.

Um dos representantes mais árdios na causa da filologia foi Silveira Bueno, que assumiu, em 1940, a cadeira de Filologia Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Seus trabalhos tinham a função de divulgar os estudos da filologia em diferentes disciplinas, com o objetivo de ter “o conhecimento perfeito e completo da vida intelectual de um povo através de todos os seus monumentos literários” (Anuário, 1953, p. 84).

Assim, os estudos praticados pela academia eram de caráter nitidamente histórico, voltados para os trabalhos de grande erudição sobre o português. Depois de uma longa discussão sobre a existência ou não de uma língua brasileira, tivemos, a partir de Amadeu Amaral, com a publicação do livro *O dialeto Caipira*, um novo programa de investigação sincrônico com o intuito de retratar o dialeto brasileiro, as variantes regionais e locais. O que acabou contribuindo ainda mais para a fundamentação de interpretações histórico-filológicas divergentes da língua brasileira, pois “o falar errado do caipira servia de pretexto apenas para uma literatura leve, de interesse recreativo” (DUARTE, 1955, p. 21).

Sobre a importância linguística, não é necessário insistir, pois ela, por assim dizer, se impõe por definição. Basta notar o seguinte: uma vez reconhecido que o fundo do dialeto representa um estado atrasado do português, e que sobre esse fundo se vieram sucessivamente entretecendo os produtos de uma evolução divergente, o seu acurado exame pode auxiliar a explicação de certos fatos ainda mal elucidados da fonologia, da morfologia e da sintaxe histórica da língua. Por exemplo: a pronúncia clara de e e o átonos finais comprova o fato de que o ensurdecimento só começou em época relativamente próxima, pois de outro modo não se compreenderia porque o caipira analfabeto pronuncia *lado, verdade*, quando os portugueses pronunciam *ladu, verdad'*. (AMARAL, ?, p. 12)

Notamos que, apesar de se inscrever no domínio do “linguístico”, o discurso está arraigado no estudo filológico, com o intuito de separar a fala correta da errada, colocando o dialeto caipira num *estado de atraso* e de *uma evolução divergente*. Dessa maneira, mesmo com o interesse crescente pelos dados da fala, não houve um conflito com a Filologia, pelo contrário, as duas ciências juntaram-se e passaram a nomear-se todos filólogos.

Com efeito, a dialetologia adquiriu legitimidade incorporando-se ao programa da Filologia ocupando, nos anos cinquenta, forte espaço institucional. Foi por volta desse momento, com a implantação do Centro de Estudos de Dialetologia Brasileira, por Silva Neto, que cresceram as pesquisas acadêmicas com vistas a ter um melhor conhecimento dos falares brasileiros, dentre elas, a elaboração de atlas linguísticos brasileiros regionais.

Essa linha de pesquisa não teve grande continuidade, uma vez que o trabalho de pesquisa de campo se tornara perigoso em consequência da crise política de 1964, quando os pesquisadores eram suspeitos de subversão. Soma-se a isso a falta de recursos e o obstáculo da imensidade territorial do país. Tudo contribuiu, predominantemente, para a queda da dialetologia e o início de outra linha de pesquisa: o estruturalismo que, no Brasil, começa a se delinear em São Paulo, com Theodoro Henrique Maurer Jr, regente da cadeira de Filologia Românica da USP. Suas teorias eram baseadas em Saussure, Bloomfield etc, e constituíram “a base de toda uma geração de lingüistas (sic), que estão em atuação hoje em diferentes universidades brasileiras” (FIORIN, 2006, p. 24).

Porém, foi com Mattoso Câmara, em 1938 e 1939, que ocorreu, pela primeira vez, um curso extensivo de Linguística, ministrado nas então criadas Faculdades de

Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Conforme o próprio mestre :

A linguística era considerada conhecimento básico para os professores de língua e para os estudantes interessados em crítica literária. Era assim incluída entre as humanidades e, como tal, ensinada durante dois anos até 1939, quando a universidade foi fechada pela administração pública. (MATTOSO CÂMARA, 1975, p. 49).

Embora efêmero¹³, esse curso marcou, anos mais tarde, o início de um processo de institucionalização da Linguística no Brasil e de uma nova orientação teórica e metodológica para os estudos linguísticos daquela época.

Contrariando o protocolo, Mattoso Câmara ministrou aulas de “Linguística” divulgadas, primeiramente, na Revista de Cultura e compiladas, em 1941, no “*Princípios de Linguística Geral*”, que fizeram do autor grande propagador e divulgador de uma linguística brasileira. Ele propôs uma prática das ideias linguísticas advindas da Europa e dos Estados Unidos para aplicá-las na descrição do português, fato que lhe custou caro, como veremos mais adiante.

Considerando as condições de produção, em uma época ditatorial do período do Estado Novo, a Universidade do Distrito Federal, doravante UDF, teve vida muito curta, porque foi considerada renovadora e subversiva. Nessa época, em 1939, o então ministro da Educação, Gustavo Capanema, transferiu o acervo da UFD para a Faculdade Nacional de Filosofia, que deveria ser modelo de todas as outras. Todas as Universidades passariam a ser nacionais e tudo deveria seguir o padrão conservador (ALTMAN, 1998).

Para compreender o tipo de impacto da Linguística nos anos 40, é relevante rememorar quão distantes estavam os interesses da ainda iniciante comunidade de linguistas brasileiros. A geração de Mattoso Câmara estava voltada para a “história da gramática do português, a edição crítica de textos antigos, a filologia românica, a etimologia e a dialetologia” (COELHO, apud, ALTMAN, p. 2004).

O conhecimento sobre a língua passava por um momento de gramatização¹⁴

¹³ Mattoso Câmara ministrou o curso sobre Linguística Geral por apenas dois anos, em virtude da extinção da UDF, em 1939.

¹⁴ Segundo Aurox (2001: 65): “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” .

como língua nacional, cujo objetivo era ensinar a ler e a escrever por meio de gramáticas da língua portuguesa o que implicava manter uma forma “correta” da língua. Essa gramatização, aliada a uma política centralizadora, ocasionou na formação de um mercado administrado lucrativo que tinha a função de conhecer cientificamente a língua e passar esse saber. A gramática era, portanto, o que legitimava o profissional de Letras.

Não havia espaço para novos discursos, no Brasil. Isso está relacionado com a organização dos saberes, pois não valiam as regras da linguística, mas as da filologia e da gramática normativa. Até porque, no lugar da UFD, foi fundada uma instituição conservadora que não incluía a “nova” disciplina – a linguística.

Esse acontecimento teve importantes consequências para a institucionalização da linguística no Brasil. Eliminar a linguística do currículo acadêmico significava excluir toda uma prática discursiva e de metodologias inovadoras relativas ao uso da linguagem. Além disso, limitava a formação de jovens profissionais, visto que eles apenas haviam iniciado os cursos de graduação. Essa ruptura, atrelada ao exercício do poder da época, foi crucial para o silenciamento e apagamento do sujeito Mattoso Câmara cujos estudos só serão retomados nos anos 1960.

Dadas as condições de existência para a construção da disciplina linguística no Brasil, há que se pontuar que a isso estava atrelada toda uma estrutura acadêmica, social e política que impunha normas, modelos e interdições diante do novo. Desse modo, todos os saberes que não fossem de cunho filológico, ou seja, que não se inscrevessem nessa ordem discursiva (o que se podia dizer) eram inviabilizados “de-significados, postos fora do discurso” (ORLANDI, 2007, p.64). Em síntese:

[...] tudo se passa como se os interditos, as barragens, as entradas e os limites do discurso tivessem sido dispostos de maneira a que, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso seja dominada, de maneira a que a sua riqueza seja alijada da sua parte mais perigosa e que a sua desordem seja organizada segundo figuras que esquivam aquilo que é mais incontrolável ; tudo se passa como se se tivesse mesmo querido apagar as marcas da sua irrupção nos jogos do pensamento e da língua. (FOUCAULT, 2009, p.50).

Nesse momento, excluído da Faculdade Nacional de Filosofia, do Rio de

Janeiro, Matoso Câmara afastou-se do público linguístico e da possibilidade de ascensão na carreira acadêmica. Voltou a ser professor de línguas nas escolas secundárias e, em 1943, começou a trabalhar no Museu Nacional. Recebendo apoio institucional do setor de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, conseguiu uma bolsa da fundação Rockefeller, que possibilitou sua viagem aos Estados Unidos, no período de setembro de 1943 a abril de 1944, para o Círculo Linguístico de Nova Iorque, do qual participou, dentre outros grandes nomes da Linguística da época, Roman Jakobson.

A estadia de Mattoso Câmara em Nova Iorque fez com que ele tomasse maior contato com as ideias estruturalistas e, a partir daí, aderisse à análise sincrônica baseando-se nas leituras de Saussure e de Trubetzkoy¹⁵.

A entrada de Mattoso Câmara no círculo linguístico americano mudou profundamente a sua concepção de análise linguística. Seu trabalho estrutural pode ser resumido em três pontos principais: a concepção de fonema como um valor linguístico, a análise e descrição dos dados linguísticos sincronicamente resultantes de uma distinção de traços pertinentes, a divisão de duas disciplinas sendo uma a fonologia ou fonêmica e a outra a fonética.

As ideias mattosianas herdadas do Círculo de Nova Iorque, foram alvo de duras críticas e, conseqüentemente, foram impedidas de significar pela censura daquela época. Dessa forma, não foi possível a formação de um novo campo do saber, pois havia interditos na circulação dos discursos, de tal forma que o sujeito linguista não podia ocupar determinados lugares. Vemos, nesse caso, uma rarefação, ou seja, uma tentativa de anulação dos saberes que dificulta e até mesmo impede o atravessamento de outros.

2.3 MATTOSO CÂMARA JR. NAS TRAMAS DO PODER-SABER E NOS “JOGOS DE VERDADE”

Como visto, o discurso tem sua complexidade por se tratar de algo externo à

¹⁵ Trubetzkoy foi um linguista russo, participante do Círculo Linguístico de Nova Iorque, que deu grandes contribuições na fonética e na fonologia. A obra *Princípios da Fonologia*, publicada postumamente, é considerada a mais emblemática.

língua e pelo fato de que não se busca olhar para a evidência do sentido ou para a transparência do dizer, visto que não importa apenas a complexidade material dos enunciados, mas importa, sobretudo, a relação indissociável entre língua, história e sujeito. Portanto, ao analisar o discurso, é necessário considerar que ele necessita de elementos linguísticos ou não-linguísticos para ter uma existência material. Assim, é preciso mostrar a relação que liga os sentidos de um texto à sua exterioridade, ou seja, o que é dito tem relação com aquele que diz, para quem ele diz, com as condições de existência desse dizer, enfim, com a história.

Tudo isso nos leva a considerar o exterior discursivo e o espaço determinado pela conjuntura sócio-histórica que fez com que o sujeito Mattoso Câmara e a disciplina da Linguística fossem interditados, silenciados e, conseqüentemente, postos fora do discurso.

As condições de existência (FOUCAULT, 2013a) daquele momento foram assinaladas pelo período do Estado Novo, um momento político autoritário bastante marcante e polêmico, governado por Getúlio Vargas. Durante os anos de 1937 e 1945, as instituições foram controladas com o intuito de garantir, sobretudo, a Unidade/Identidade Nacional. Desse modo, todas as instituições políticas, culturais, educacionais etc. tinham de propagar um espírito de nacionalidade e de valorização das conveniências político-pedagógicas.

Nesse momento, as questões “linguísticas” advindas do exterior, principalmente no caso de Mattoso Câmara, com suas ideias americanas, não eram enunciáveis, a não ser na forma de resistência. Não havia espaço para a discussão das teses linguísticas na sociedade regida por interditos e pela repressão de várias ordens, inclusive linguística. Em vista disso, alguns temas que poderiam desestabilizar a política estadonovista eram colocados à margem, impedidos de serem ditos. Contudo, como veremos mais adiante, rupturas trazem novamente certos enunciados e os (re)colocam no centro, pois a história, no seu emaranhado de momentos, provocados por mudanças, acarreta quebras na linearidade aparente, podendo trazer à tona o que fora silenciado.

Foucault (2012, p. 8), em sua obra *A ordem do discurso*, desenvolve a ideia de que “nossa civilização, apesar de venerar o discurso, tem por ele uma espécie de temor”. Em consequência disso, nossa sociedade é controlada, selecionada e

redistribuída por procedimentos de controle. O autor coloca a vontade de verdade, a interdição e a segregação como procedimentos externos de delimitação do discurso, que têm por função conjurar os seus poderes e perigos.

Seguindo a premissa de que os discursos são produzidos em condições sócio-históricas, marcados e sustentados por vontades de verdades peculiares de cada época e lugar, notamos, no discurso autoritário do Estado Novo, vontades de verdade associadas à interdição. São proibições manifestadas por meio da censura, do fechamento de universidades etc. que evidenciam a ligação da interdição com o desejo e com o poder. Conforme expõe Foucault (2012, p. 10):

O discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto de desejo; [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar.

Em relação à vontade de verdade, Foucault também argumenta que toda sociedade tem, subjacente às suas práticas, uma vontade de verdade que opõe o verdadeiro ao falso. Acrescenta que essa separação:

[...] não é nem arbitrária nem violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é [...] essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se. (FOUCAULT, 2009, p. 14).

Tal separação é historicamente constituída. Foucault (2009) lembra que no século VI, o discurso considerado verdadeiro era pronunciado por aquele que detinha um poder jurídico digno de temor e respeito. Um século mais tarde, a verdade se deslocou do ato de enunciação ritualizado para o próprio enunciado. A verdade não estava mais atrelada ao que se era, ou o que se fazia, mas no quê se dizia. Desse deslocamento, resultou a cesura que opôs o discurso verdadeiro ao falso e fez com que o verdadeiro não fosse visto mais como algo desejável, pois o discurso não era mais ligado ao exercício do poder.

A vontade de verdade se altera radicalmente no século XIX, com o surgimento de grandes atos fundadores da ciência moderna e de novas estruturas políticas. Gera-se, assim, a outra vontade de verdade, agora voltada à aplicação técnica dos

conhecimentos, e que consiste mais em ver e verificar do que em comentar. Nesse momento, a ciência pretende ser o lugar próprio da verdade com suas produções de saberes.

Argumentando que a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem, Foucault acrescenta:

[...] [a verdade] está submetida a uma constante incitação econômica e política; é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos; enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas 'ideológicas'). (1979, p.12).

A verdade é uma determinação histórica: não existe, pois, uma verdade, mas vontades de verdades que se transformam conforme as contingências históricas, ou seja, “[...] pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2012, p. 17). Além disso, “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão como um poder coercitivo” (FOUCAULT, 1979, p.17), silenciando alguns dizeres e reverberando outros.

Esses procedimentos de exclusão e de controle estabelecem os dizeres de certa formação discursiva e determinam a circulação e a hegemonia dos enunciados em diferentes épocas. É nesse sentido, também, que a vontade de verdade está interligada ao poder, pois somos submetidos à produção da verdade e somente podemos exercer poder mediante a produção da verdade.

Seguindo o pensamento de Michel Foucault, a compreensão dos discursos, bem como seus silenciamentos e esquecimentos, levam-nos a debruçar-nos sobre a questão do poder que recai nas relações discursivas e nos modos de subjetividade. Nessa linha de pensamento, há uma relação intrínseca entre o sujeito e as relações de poder.

Ao contrário das teorias marxistas, que centram o poder nos aparelhos ideológicos, Michel Foucault vai descentrar o poder do estatal, uma vez que ele já não seria detentor de todo poder. Assim, o poder não estaria em um ponto específico

da estrutura social como as lutas entre classes antagônicas, mas estaria pulverizado em uma rede de dispositivo ou mecanismos de poder que “funciona como uma estratégia tática e não como uma coisa, um objeto” (FOUCAULT, 2013b, p. 29). Nesse caso, investiga-se a existência de micropoderes que atravessam toda a estrutura social. Parte-se, segundo Machado (2006), não do centro (Estado) para a periferia, do macro para o micro, mas o inverso, ou seja, parte-se dos micropoderes para ver como eles se relacionam com o poder mais geral, o Estado. Segundo Foucault:

[...] não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro, no que possam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes. Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos. (1979, p. 102).

É importante dizer, conforme ressalta Gregolin (2006, p. 133), que “Foucault não nega o Poder do Estado; o que ele mostra é que há outros poderes além daquele do Estado e que estes têm naturezas e mecanismos diversos daquele do Estado”. Na sua *Microfísica do Poder* ele escreve:

não estou querendo dizer que o aparelho de Estado não seja importante, mas me parece que [...] para que o processo revolucionário não seja interrompido, uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados. (FOUCAULT, 1979, p. 149-150).

Em linhas gerais, para Foucault, o poder é composto por práticas cotidianas, ao contrário da noção de lutas de classes com um centro único do poder, pois na linha de pensamento foucaultiana, há microlutas que se espalham em toda sociedade. O filósofo, desse modo, evita o termo ideologia e vai pensar na história das práticas discursivas, em como os saberes, os discursos e os sujeitos são constituídos.

É bem possível que as grandes máquinas de poder tenham sido acompanhadas de produções ideológicas. Houve provavelmente, por

exemplo, uma ideologia da educação; uma ideologia do poder monárquico, uma ideologia da democracia parlamentar, etc, mas não creio que aquilo que se forma na base sejam ideologias: é muito menos e muito mais do que isso. São instrumentos reais de formação e de acumulação do saber, métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. (FOUCAULT, 1979, p. 186).

Nesse ínterim, o poder não seria uma coisa da qual poderíamos nos apoderar, nem deter, não é algo que se possa tomar ou dar, ganhar ou perder. O poder é percebido como aglomerado de relações de força que funcionam em acontecimentos singulares, nos movimentos históricos e na própria história. Ou “ o poder é em realidade um feixe de relações, mais ou menos organizado, mais ou menos piramidado, mais ou menos coordenado, de relações” (FOUCAULT, 2001, p. 302).

O filósofo considera como relações de poder todas as relações humanas, toda ação do cotidiano, inclusive a menor, a mais banal:

Quando fala-se de poder, as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, um governo, uma classe social dominante, o mestre frente ao escravo, etc. isto não é de nenhum modo aquilo que eu penso quando falo de relações de poder. Eu quero dizer que, nas relações humanas, qualquer que sejam - que trate de comunicar verbalmente, como fazemo-lo agora, ou que trate-se de relações amorosas, institucionais ou econômicas -, o poder continua presente: eu quero dizer a relação na qual um quer tentar dirigir a conduta do outro. Estas são, por conseguinte, relações que pode-se encontrar em diversos níveis, sob diferentes formas; estas relações de poder são relações móveis, ou seja, elas podem alterar-se, elas não são dadas de uma vez para sempre. (FOUCAULT, 2001, p. 1538).

Para entender essas relações de poder, analisa-se as formas de resistências, os pontos de aplicação e os métodos que elas utilizam, focalizando-as através do antagonismo de estratégias. Deleuze (2005, p. 79) lembra ainda “que o poder [...] não é essencialmente repressivo (já que 'incita, suscita, produz'); ele se exerce antes de se possuir [...]; passa pelos dominados tanto quanto pelos dominantes (já que passa por todas as forças em relação”.

As lutas ou formas de resistências podem afirmar a diferença e sublinhar a individualidade dos indivíduos, como também podem combater tudo o que pode isolar o indivíduo, separar dos outros. Dessa maneira, essas lutas não são exatamente nem a favor nem contra o indivíduo, mas contra o “governo da individualização” (FOUCAULT, 1995, p. 235). Opõe-se, então, uma resistência aos

efeitos de poder relacionados ao saber. Isso também reverbera o fato de existir um “como” do poder, uma certa maneira de o poder se disseminar em nossa sociedade, que justamente produz efeitos de verdade construídos historicamente e reproduzidos nos discursos que constituem o sujeito, que os categoriza. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos, porque existe resistência, ou seja, esses sujeitos se defrontam contra ela.

Os conceitos entre poder e saber se completam, pois o ponto em que se exerce poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saberes. Por exemplo: quando os saberes são criados, concomitantemente, é um tipo de regime de verdade, que serve para sustentar as relações de poder (FOUCAULT, 1979). E, é nessas relações de poder que o sujeito se constitui historicamente. A esse respeito, vejamos o que diz o filósofo:

Temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 2013b, p.14).

Partindo, portanto, do princípio de que as relações de poder-saber produzem verdades e saberes, fabricando sujeitos, é possível analisar as formas de resistência de Mattoso Câmara Jr, uma vez que o lugar do qual ele fala contribui para entendermos o funcionamento discursivo do momento de inauguração da Linguística no Brasil. Assim, como ressalta Gregolin (2006, p. 138), “[...] o problema que se coloca na modernidade não é o de tentar libertar o indivíduo do Estado e das suas instituições, mas o de libertá-lo das representações de individualização criadas pelo poder globalizador”.

2.3.1 POSIÇÃO-SUJEITO DE MATTOSO CÂMARA JR. NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA

Mattoso Câmara, embora, hoje, seja considerado pioneiro nos estudos linguísticos no Brasil, não teve uma recepção positiva chegando a ser chamado de antimentalista e de linguista positivista norte-americano. Mesmo após a defesa de sua tese de doutorado intitulada *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, em 1949, e da livre-docência *Contribuição para uma estilística da língua portuguesa*, em 1952, ambas na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, Mattoso não teve de pronto reconhecimento acadêmico oficial.

Apesar de readmitido pela Faculdade Nacional de Filosofia, em 1950, não foi reconhecido. Suas aulas de Linguística Geral só eram oferecidas aos alunos de Letras Clássicas, como complemento aos estudos filológicos. Suas propostas não tiveram receptividade suficiente para que se alterassem as posturas mais tradicionais filológicas.

As condições de produção fortemente marcadas pelo espírito de nacionalização e reverberadas pelos discursos da gramatização, notadamente pela criação da NGB, (Nomenclatura Gramatical Brasileira), que propunha uniformizar a língua nacional e estabelecer uma homogeneidade de terminologia, fizeram do discurso mattosiano um discurso de resistência (FOUCAULT, 1995), visto que, no momento em que a gramática era sinônimo de língua, Mattoso Câmara pautava seus estudos e suas análises em fenômenos linguísticos de cunho estruturalista.

Enquanto a disciplina da Linguística era “interditada”, nos cursos de Letras, a resistência de Mattoso Câmara se exercitava na produção intelectual, materializada em múltiplos artigos acadêmicos como os que integram a Revista Letras, *corpus* de nosso estudo.

Partindo do princípio de que é por meio da linguagem que chegamos ao sujeito e a seu lugar sócio-histórico, notamos, na escrita em questão, um Mattoso que apresenta características relacionadas às suas concepções individuais e aos pontos de vista de outros pesquisadores, dentre eles, Edward Sapir. Apesar de seus escritos serem anteriores ao de Mattoso Câmara, surgem suspeitas de que ambos

compartilham algumas ideias e preocupações em relação aos mesmos fenômenos linguísticos como, por exemplo, a preocupação com a sociedade e com a cultura, que se confirma pela aproximação das traduções que Mattoso Câmara fez de Sapir.

Segundo Uchôa (2004), as ideias de Sapir estão presentes em Mattoso Câmara, principalmente no que diz respeito às questões fonológicas em que o autor busca alguns aspectos para estudar o português brasileiro (PB) e as línguas indígenas.

Tendo em conta que esse linguista e antropólogo influenciou fortemente Mattoso Câmara Junior, vale abriremos um espaço para falar de alguns de seus pressupostos.

Edward Sapir, antropólogo e linguista, foi aluno de Franz Boas, no início do século XX, e, juntamente com Bloomfield e outros, compunha o movimento estruturalista norte-americano. Suas contribuições foram importantes para o desenvolvimento da linguística indígena e indoeuropeia¹⁶, nos campos da etnologia, da teoria da cultura e da psicologia cultural. No ramo da linguística, Sapir inovou definindo o conceito de fonema e distinguindo fonética de fonologia.

Esse movimento estruturalista norte-americano se preocupava em descrever as línguas que tinham poucos falantes, no caso, as línguas indígenas. Segundo Ilari (2004, p. 77), “os pesquisadores americanos desse período sentiam-se comprometidos em realizar uma tarefa eminentemente descritiva que deveria [...] evitar a interferência dos conhecimentos prévios do linguista”.

Embora os linguistas defendessem a mesma linha teórica da escola que seguiam, sobressaíram, por vezes, nuances individuais, que caracterizaram o objeto de estudo. Assim, há em Sapir uma visão diferencial dos demais estudiosos estruturalistas para os quais a linguagem era um mero gesto de descrição. Para o antropólogo-linguista, a relação linguagem e ambiente tinha grande relevância na descrição da língua. No texto *A fala como traço de personalidade*, do livro *Linguística como ciência* (1969. p. 66-67) Sapir diz:

[...] se por um ou outro motivo, é criticado o timbre de voz que herdamos do berço, forcejamos por modificá-lo para que não seja um instrumento de linguagem socialmente desagradável. Há sempre qualquer coisa na voz que se deve atribuir ao fundo social, exatamente como os gestos.

¹⁶ Sapir aplicou o método comparativo do indoeuropeu às línguas indígenas americanas.

Para além da visão estruturalista (mecanicista), Sapir mostra uma preocupação com a voz, em consequência, estendia suas descrições para aspectos envoltos na linguagem. A linguagem é um método puramente humano e não-instintivo e tem como função não só a comunicação de ideias, mas também a transmissão de desejos, de emoções, de intenções. Ainda para o autor, a linguagem serve para expressar e representar o mundo de seu tempo para as pessoas, por meio de registros e símbolos (SAPIR, 1980).

Sapir pode ser considerado um autor excêntrico para sua época, pois enquanto a linguística estruturalista buscava, em geral, explicações sobre a linguagem somente nos objetos linguísticos, o antropólogo lançava um olhar para a sociedade e a cultura. Isso fica claro no livro *A linguagem: introdução ao estudo da fala*, ao dizer que a “atividade humana que varia sem limites previstos, à medida que passamos de um grupo social a outro porque é uma herança puramente histórica do grupo, produto de um uso social prolongado” (1980, p.12). A linguagem, representada pelo ato de falar, é resultado da convivência social e varia conforme o grupo social no qual o indivíduo (sujeito) está inserido. Essa concepção cultural vai de encontro à linguística descritiva americana.

Além disso, Sapir (1980, p. 119) abraça a ideia de que a variação é um fenômeno natural da linguagem. Aceita, portanto, a existência de uma variabilidade das línguas, e que cada indivíduo possui diferentes formas de falar, controladas por “uma tácita norma diretriz” compartilhadas pelas pessoas.

Para esse autor, as formas de variação são controladas pela deriva linguística, um mecanismo da própria língua que a faz mover-se em curso através do tempo e que resultará em certas transformações sintáticas e morfológicas determinadas pelas condições sócio-históricas.

Tudo isso leva a crer que Sapir é um linguista preocupado com a linguagem na sua relação com o homem e a sociedade. Dessa forma, o sistema linguístico passa a ser visto como uma estrutura que se relaciona dentro de si, mas também sofre influências exteriores importantes.

São, portanto, os estudos de Sapir que exerceram grande influência sobre Mattoso Câmara. Conforme Rodrigues (2005, p.20):

Joaquim Mattoso Câmara Jr. dedicou, ainda, parte apreciável de seus esforços à promoção dos seus estudos de línguas indígenas brasileiras. Conhecedor como poucos da obra linguística da Humboldt, de Boas, de Sapir, de Bloomfield e de tantos outros linguistas com visão antropológica da linguagem, compreendia bem a importância que tinha a investigação das línguas dos povos indígenas para a Linguística Geral.

Enredado nas tramas dos discursos calcados no poder-saber, o estruturalismo, no Brasil, começa timidamente a ganhar dizibilidade e visibilidade no espaço acadêmico na década de 1960. Um dos motivos, conforme Ilari (2004, p.87), é o fato de que a escola “instaurou a crença de que a língua portuguesa tal como é falada e escrita no Brasil deveria ser tomada como objeto de descrição, contrariando uma longa tradição normativa”.

Contudo, já nos anos 1950, Mattoso Câmara escrevia estudos alicerçados nos pressupostos estruturalistas, como pode ser visto na Revista Letras. É nesse sentido que acreditamos que o discurso mattosiano e a Revista Letras configuram um discurso de resistência face ao até então discurso legitimado nas academias, tentando romper uma ordem discursiva para abrir possibilidades para o novo. A legitimação da Linguística só acontecerá uma década depois, ou seja, em meados dos anos 1960.

O primeiro estudo de Mattoso Câmara, na Revista Letras, foi publicado em 1955, sob o título de *Língua e Cultura*¹⁷ em que notamos um Mattoso Câmara que já se distinguia dos demais, ao considerar a Linguística uma ciência antropológica, isto é, ele partilhava a ideia defendida por Sapir. Seus escritos atualizam interdiscursivamente o que dizia, especialmente no entendimento de que as línguas são produtos da cultura.

Na complexidade da materialidade da Revista Letras, lemos trechos que nos permitem afirmar que os textos mattosianos não se inscrevem nas FDs que consagram o discurso filológico:

[a linguagem] trata-se pois, essencialmente, de um fato cultural; é um produto do homem na base das suas faculdades humanas, tanto como outros produtos materiais ou mentais. Assim Tylor colocava a linguagem entre os objetivos culturais, para o fim de pesquisa antropológica, ao lado da indústria da organização social, da religião etc. (CÂMARA, 1955, p. 52).

[...] a língua é um fato de cultura como qualquer outro; integra-se na cultura

¹⁷ Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/view/20046>. Acesso em: set. de 2014.

(CÂMARA, 1955, p.53).

Há, entretanto, certas condições que tornam a língua uma coisa à parte em face dos fatos não-vocais de cultura. (CÂMARA, 1955, p. 53)

Assim a LÍNGUA, em face do resto da cultura, é – o resultado dessa cultura, ou sua sùmula é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir. E mais ainda: só existe funcionalmente para tanto: englobar a cultura, comunicá-la e transmiti-la (CÂMARA, 1955, p. 54).

A língua é, em última análise, uma parte da cultura e pertence teoricamente à antropologia. O seu estudo esclarece muitos problemas antropológicos, e o mesmo se pode dizer da antropologia para os problemas linguísticos (CÂMARA, 1955, p. 58).

Coerente com suas propostas de base estruturalista, forjadas na esteira dos linguistas de seu tempo, Mattoso Câmara ia de encontro ao discurso dominante da época, o filológico, que nunca foi uma ciência antropológica, pois elegia em suas pesquisas a língua literária. Sendo assim, o mais próximo que poderíamos ouvir em relação à cultura eram expressões como “língua de cultura”, referindo-se à língua que desfruta de um extenso histórico de tradição escrita e literária (UCHÔA, 2004, p.5).

Mattoso Câmara inaugura um novo discurso e inscreve-se num processo de ruptura que provoca modificações na ordem do dizer, descontinuidades na ordem do discurso mediante a circulação de textos que irrompem frestas do regime. Contudo, vale lembrar que o “novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2012, p. 23).

Sua visão antropológica deu destaque para uma investigação das línguas indígenas no Brasil. Mattoso Câmara também desenvolveu grande simpatia com antropólogos brasileiros. Prova disso, é que fazia, já em 1943, palestras sobre Língua e Etnografia na Sociedade Brasileira de Antropologia e, em 1958, organizou um Setor Linguístico na Divisão de Antropologia do Museu Nacional, destinado a promover os estudos e pesquisas das línguas indígenas e dos falares regionais (RODRIGUES, 2005).

Não por acaso, encontramos, em 1959, nos escritos de nosso *corpus*, um artigo de Mattoso Câmara intitulado *A classificação das línguas indígenas no Brasil*¹⁸ em que ele sugere temas para um debate linguístico, lançando perguntas sobre qual seria a melhor forma de classificar as línguas indígenas. Em outro texto

¹⁸ Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/download/19949/13156>. Acesso em ago. de 2014.

*Nomenclatura Gramatical*¹⁹, de 1960, Mattoso Câmara disserta sobre a criação da NGB.

O que acontece é que, no início do século XX, no auge das irrupções de acontecimentos como a fundação da Academia Brasileira de Letras, com a organização dos ensinos superiores e da escola e da política nacional, são produzidas inúmeras gramáticas com variadas teorias. Segundo Mattoso Câmara (1960), essa profusão deve-se ao (i) pedantismo exibicionista com uma epidemia de termos novos e (ii) às divergências doutrinárias profundas, pois não há doutrina segura sem nomenclatura precisa.

Houve, em consequência, por meio de um decreto da portaria n° 36, de 28 de janeiro de 1959, uma iniciativa do Estado brasileiro para estabelecer uma terminologia única para as gramáticas: a NGB, com o intuito de impor uma homogeneidade terminológica e reduzir a gramática a uma nomenclatura fixada.

Havia uma relação de poder e à medida que era imposta a NGB, o estado controlava e assegurava que se atendessem um espírito de nacionalidade e impunha aquilo que deveria reger o raciocínio, bem como a concepção de língua/linguagem.

Após essa imposição da NGB, a Linguística adquiriu mais cientificidade abrindo brechas para a entrada e legitimação do linguista. Conforme a própria portaria, esse trabalho proposto pela Comissão resultou em um minucioso exame das contribuições apresentadas por filólogos e linguistas.

Há, assim, uma ambivalência: de um lado, a da Gramática que quer impor uma norma gramatical e, por outro lado, a da Linguística, com o objetivo de elaborar uma metalinguagem, a fim de refletir teoricamente sobre os fatos da língua. Desse modo, temos os dois lados opostos (linguistas e gramáticos) defendendo o decreto da NGB, ainda que sob pontos de vistas diferentes. Vejamos o que diz Mattoso Câmara:

Da minha parte, tenho a dizer de início que considero a Nova Nomenclatura Gramatical um excelente passo a combater o arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura. No séc. XIX, dizia-se que todo professor de filosofia alemão se achava obrigado a criar um sistema filosófico seu. (1960, p.2).

¹⁹ Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/view/19899> . Acesso em: ago. de 2014.

O posicionamento a favor da NGB, enunciado por Mattoso Câmara Jr, deixa claro o papel desencadeador dos novos saberes linguísticos, dos espaços em que eram enunciados por linguistas e que contribuíram para o processo de institucionalização da Linguística. O estudo da língua, antes focado no *arbítrio e na sua fantasia individual*, passa a ter um estatuto mais científico e objetivo de uma língua com sua unidade, na medida em que há um lugar para se preocupar com os nomes que dizem respeito à língua. Há toda uma descrição da fonética, da morfologia com as dez classes de palavras (substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição) e da sintaxe.

Conforme vimos, as discussões em torno da linguagem e as tentativas de imposição de uma variedade linguística sobre a outra são antigas. Não por acaso, a legitimidade de determinados saberes vão se constituindo historicamente, por meio de exercícios de poder e de autoridade daqueles que se inscrevem num espaço privilegiado.

O que acontece é que os sentidos da Linguística, como propunha Mattoso Câmara, não puderam entrar na ordem do discurso, foram silenciados, impedindo que certos sentidos hoje sejam olhados da mesma forma.

Os efeitos de sentido silenciados nos final dos anos 1930 não puderam e não podem significar. Ainda que anos mais tarde Mattoso Câmara tenha sido reconhecido, nunca terá o mesmo sentido, pois a partir de uma “[...] formulação instaura-se no processo discursivo uma nova forma de repetição” (COURTINE, 1999, p.22).

Fato é que, mesmo após seu reconhecimento, muitos estudantes de Letras não conhecem ou não sabem das contribuições de Mattoso Câmara para a Linguística. Nesse caso, segundo Orlandi (2007, p.66), “está fora da memória, como uma margem que nos aprisiona nos limites desses sentidos”.

Entretanto, o silenciamento nunca é total, porque deixa indícios. Assim como o movimento das ondas do mar, o sentido silenciado em determinado momento continua a significar em outro lugar ainda que de forma diferente, pois:

nenhum poder é absoluto ou permanente; ele é, pelo contrário, transitório e circular, o que permite a aparição de fissuras onde é possível a substituição da docilidade pela meta contínua e infindável da libertação dos corpos. O exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra; ao contrário, ele se elabora,

transforma-se, organiza-se, dota-se de procedimentos mais ou menos ajustados. (GREGOLIN, 2006, p.136).

Assim, ironicamente, quando os estudos, por exemplo da *Fonêmica* de Mattoso Câmara, alcançaram as devidas qualificações, a geração seguinte já tinha voltado a atenção para uma nova revolução linguística (ALTMAN, 2004). As ondas que estabeleceram oficialmente a disciplina linguística no Brasil passaram rápido demais e não havia mais tempo para uma investigação mattosiana. Por isso, hoje, ele é mais valorizado como precursor do que como linguista moderno.

Tudo isso evidencia os lugares, à margem, de Mattoso Câmara e também mostra como se iniciou o processo de Institucionalização da Linguística no Brasil fortemente marcado por complexas relações de poder ligadas a condições de existência, política que apaga alguns sentidos, hierarquizando-os, valorizando uns em detrimento de outros.

3. NA ORDEM DISCURSIVA DA REVISTA LETRAS DA UFPR

Saussure já nos alertava em seu Curso de Linguística Geral que a tarefa mais difícil de uma pesquisa é “delimitar-se e definir-se a si própria” (2012, p.37). Em face dessa dificuldade, assumindo os riscos inerentes a quaisquer procedimentos de delimitação do objeto de estudo, elegemos como material de análise o período de 1953 a 1968. A delimitação do *corpus* deu-se em função destes critérios: (a) 1953, ano de início da Revista Letras, que coincide com o momento em que começam a circular os primeiros artigos, em outras universidades, que tratam de deslocamentos em relação aos estudos linguísticos vigentes; (b) 1968, ano emblemático, marco transitório nos estudos linguísticos e resultado de um longo e descontínuo processo de institucionalização da disciplina da Linguística.

A Revista Letras²⁰ circula ininterruptamente desde seu surgimento, 1953, sendo, portanto, a revista mais antiga em circulação no Brasil. Antes, ela pertencia à antiga Faculdade de Filosofia de Curitiba; hoje, a Universidade Federal do Paraná. Apesar de pouco conhecida nos estudos referentes à história da Linguística, essa revista teve participações assíduas de grandes nomes precursores dos estudos linguísticos. Além de Mattoso Câmara Junior, publicava nesse periódico o primeiro brasileiro doutor em Linguística a atuar nas universidades, Aryon Rodrigues, aluno e professor da UFPR.

A revista manteve publicação anual até o número 44, depois se tornou semestral. Atualmente, ela está no volume nº89 e possui *qualis* capes A2²¹. Ao longo desses anos conservou a característica básica de publicar artigos e ensaios sobre língua, literatura e linguística em diversas línguas modernas, como o português, o

²⁰(Disponível em: http://www.lettras.ufpr.br/revista_letras/).

²¹ Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A classificação de periódicos e eventos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=2550:capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>. Acesso em: mar. de 2014.

inglês, o francês, o alemão, o espanhol e o italiano. Hoje, aceita também artigos de áreas afins e resenhas de obras editadas nos dois últimos anos.

Nos seus primeiros volumes, vemos uma divisão em estudos literários, estudos linguísticos, artigos e poesia. Os artigos sobre variados temas ocuparam, em todos os anos, a maior parte do espaço da revista. Em alguns anos não se tem a separação dos estudos literários e linguísticos, havendo somente os artigos em diversas áreas e as poesias.

A princípio, o que nos chama a atenção é o fato de uma revista institucional destinar uma boa parte de suas publicações para estudos ditos linguísticos, já no ano de 1953, época em que a Linguística não era legitimada, tampouco bem-vista, sendo apenas uma disciplina²² da Filologia.

No encalço da produção discursiva materializada em artigos reunidos sob a designação de “estudos linguísticos”, e parafraseando Foucault (2013a), perguntamos: como apareceu determinado enunciado nas páginas da Revista Letras e não outro? O que era dito e/ou silenciado entre os anos de 1953 a 1968, na revista, que pode caracterizar construções de saberes sobre a institucionalização da Linguística? Quais as condições de existência e de circulação de tais enunciados?

Nossa pretensão, vale ressaltar, não é ordenar antecipadamente os discursos que se quer analisar, nem detectar sua coerência interna, a fim de encontrar um conteúdo de verdade com uma essência original e fundadora. Até porque, o que nos interessa é descrevê-los e tratá-los no “jogo de sua instância” (FOUCAULT, 2013a, p.31), buscando, na dispersão dos enunciados, certa regularidade e positividade que formam novos discursos acerca da institucionalização da Linguística.

Quando nos propomos a atentar para as regularidades, o fazemos sem perder de vista que Foucault não propõe uma análise aplainada dos textos para buscar regularidades e relações; ao contrário, considera o valor do arquivo não em sua unificação, mas na especificidade de cada texto. Quando, em sua *Arqueologia do saber*, Foucault critica as tradicionais noções que visam organizar os saberes pela continuidade, permanência e originalidade, ele esclarece:

Uma vez suspensas [as] formas imediatas de continuidade,

²² Na ementa curricular dos cursos nas Faculdades de Filosofia, a Linguística era uma área da matéria da Filologia.

todo um domínio encontra-se, de fato, liberado. Trata-se de um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um. Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. (2008, p. 29-30).

A “população de acontecimentos” aos quais nos direcionamos possibilita observar um conjunto de enunciados que, embora dispersos, emergem singulares, ligados a uma “existência remanescente no campo de uma memória” (p.31). Em tal emergência, importa descrever e analisar os jogos de relações, num “recorte provisório”, que formaram um campo de coexistência de enunciados que inauguraram o processo de institucionalização da Linguística no Brasil.

Para tanto, organizamos este capítulo analítico em quatro partes. Ao apresentar todos os títulos publicados no período selecionado, seguido dos nomes de seus autores, esta tabela nos permite ter uma primeira aproximação dos assuntos/temas priorizados em um momento sócio-histórico que acolheu, não sem resistências, as teorias que impulsionaram a institucionalização da Linguística.

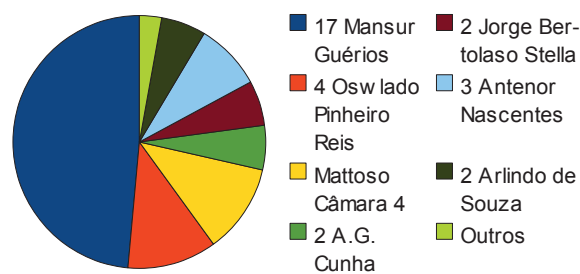
ANO	TÍTULO	AUTOR
1953	A magia das palavras	Mansur Guérios
1953	Morfologia do verbo tupi	Aryon Rodrigues
1953	Proposital e propositalmente	José de Sá Nunes
1953	Um inquérito linguístico por dentro	Oswaldo Pinheiro Reis
1954	Do léxico da pré-história	Mansur Guérios
1954	Arcaísmo	José de Sá Nunes
1954	Grandeza e decadência do vocabulário	Oswaldo Pinheiro Reis
1954	Atividades dos estudos linguísticos do Paraná	Vários autores
1955	Tabus linguísticos	Mansur Guérios
1955	A falsa analogia na ortografia francesa	Oswaldo Pinheiro Reis
1955	Como se está ensinando nossa língua	José de Sá Nunes

1955	Língua e Cultura	Mattoso Câmara Jr.
1955	Tabus Linguísticos	Mansur Guérios
1955	A cronologia dos empréstimos	A.G. Cunha
1955	A língua sânscrita e a cultura	Jorge Bertolaso Stella
1955	A linguagem das orações	Oswaldo Pinheiro Reis
1956	Tabus Linguísticos	Mansur Guérios
1956	O tratamento de “você” no Brasil	Antenor Nascentes
1956	Contribuição para um inquérito linguístico no litoral do Paraná.	Serafina Traub Borges do Amaral
1956	O romance moçárabico lusitano	Mansur Guérios
1956	Espanha dialetal	Oswaldo Pinheiro Reis
1956	Aspectos do paralelismo nominal ático-épico	Oswaldo Arns
1957	Tabus linguísticos	Mansur Guérios
1957	O interesse da investigação linguística nos domínios do folclore do mar	José Loureiro Fernandes
1958	Dois décadas vencidas	Mansur Guérios e Guilherme de la Cruz-Coronado
1958	Tabus Linguísticos	Mansur Guérios
1958	Abstrato ou Concreto?	Prof. Pe. José Vicente César
1958	Desempenho funcional dos fonemas	Mansur Guérios
1958	A propósito dos tabus linguísticos	Mansur Guérios
1958	Resposta à revista Anhembi	Mansur Guérios
1959	Tabus Linguísticos	Mansur Guérios
1959	Classificação das línguas indígenas no Brasil	Mattoso Câmara Jr.
1959	O povo e a origem histórica e filológica de algumas povoações	Arlindo de Souza
1959	A posição linguística do xetá	Mansur Guérios
1959	Novas notas ao glossário luso asiático	A.G.Cunha
1960	Nomenclatura gramatical	Mattoso Câmara Jr.
1960	Topônimos de Portugal no Ceará	Florival Seraine
1960	A saudade portuguesa na toponímia brasileira	Antenor Nascentes
1960	Lheísmo no português do Brasil	Antenor Nascentes
1960	Tabus linguísticos	Mansur Guérios
1960	A gramática de Pânini	Jorge Bertolaso Sttela
1960	Etimologia popular	Arthur Tôres

1960	A linguística românica na Rússia	Zdenek Hampejs
1960	Limites dialetais	Miguel Wouk
1960	O objetivo cultural no ensino das línguas vivas	Maria das Dores Wouk
1960	Toponímia arqueológica de entre douro e vouga	Arlindo de Sousa
1961	As ideias gramáticas de João Ribeiro	Mattoso Câmara Jr.
1961	A filologia românica no Brasil	Antenor Nascentes
1961	Alguns neologismos e peregrinismo do português do Brasil	Zdenek Hampejs
1961	Discurso de Paraninfado	Albano Woiski
1961	Vocabulário entre douro e vouga	Arlindo de Sousa
1961	Tabus linguísticos	Mansur Guérios
1964	Aspectos do diagrama dialetal dos pronomes pessoais, em particular do neo-jônio de Heródoto	Oswaldo Arns
1965	Os predicados do professor	Aracely do Prado
1966	Rosário Farâni Mansur Guérios	Luigi Castagnola
1968	O conceito de correto e incorreto na linguagem	Mansur Guérios
1968	A evolução dos sistemas das vogais portuguesas	Eurico Back

Um olhar quantitativo sobre os autores que publicaram na Revista da UFPR, no período selecionado, demonstra o seguinte:

Figura 2: Distribuição de autores que publicaram na Revista Letras



O que primeiro chama nossa atenção diante da tabela é a participação recorrente de Mattoso Câmara Jr – quarto artigos – na medida em que seu nome, seu legado e seu trabalho inovador no campo dos estudos linguísticos figuram de modo bastante importante no processo de institucionalização da Linguística no Brasil.

Chama igualmente nossa atenção, a quantidade de artigos de Rosário Mansur Guérios – dezessete –, na medida em que o que ele enuncia ao longo dos anos de 1950 e 1960, assume expressividade e relevância, podendo ser pensado como um dos estudiosos que contribuiu para o estabelecimento da linguística moderna no Brasil, a partir do Paraná. Vale, pois, abriremos um espaço para tratarmos, inicialmente, dos textos desse estudioso, na sequência, trataremos dos demais artigos.

3.1 - POR ENTRE RELAÇÕES E REGULARIDADES

3.1.1 Tabus linguísticos

Rosário Mansur Guérios, assim como a maioria de sua geração nos anos 50, era formado em Direito, autodidata em linguística e fez carreira universitária como primeiro docente em Língua Portuguesa na Faculdade de Filosofia de Curitiba, atual Universidade Federal do Paraná.

Relata-se que ele, nas aulas da Faculdade de Filosofia, “dava de tudo”:

E não era só Saussure. Conhecia Sapir (sem tradução nenhuma) e ensinava Bloomfield também. Emprestava livros como o de Mattoso Câmara e estimulava os alunos. Na verdade ele dava informalmente linguística nas aulas de Língua Portuguesa. (RODRIGUES, apud, ALTMAN, 1998, p.114).

A ANPOLL – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – coloca Mansur Guérios no mesmo patamar que Mattoso Câmara Jr., como exemplo de linguista antes da oficialização da disciplina Linguística no país. Não por acaso, ele foi um dos protagonistas na criação do Círculo Linguístico de Curitiba e da Revista Letras.

A Guérios, atribuem-se diversos nomes: linguista, filólogo, indoeuropeísta, gramático, pois foi um pesquisador de vastas produções. Dentre elas, organizou livros didáticos e, ao longo de sua carreira, tinha mais de 1600 publicações, entre livros, ensaios, monografias, dicionários e artigos de jornal (MILLARCH, 1986).

O pouco que sabemos sobre esse autor mostra que ele possuía uma personalidade polêmica, conforme entrevista cedida à Suzete de Paula Bornatto (2011, p. 203-204). O professor Geraldo Mattos²³ conta uma anedota que ocorreu com Mansur Guérios:

Ele [Mansur Guérios] era muito meu amigo – fui à casa dele e disse - “Prof. Guérios, eu quero lhe comunicar que vou tentar livre-docência e o doutorado na sua cadeira, de Língua Portuguesa”, e ele virou-se para mim muito sério e disse: “Saiba vosmecê que hei de arguí-lo com sumo rigor, porque não quero que minha cadeira caia na mão de um aventureiro.” Eu disse: “Muito bem, até logo...”

Ele foi tão ruim na arguição, quebrando o protocolo, que ele era o presidente da mesa, deveria arguir por último, ele quis ser o primeiro, me avacalhou, a ponto que, quando eu saí, a mulher chegou pra mim e disse “Prof. Geraldo, desculpe a grosseria do meu marido.” Ele abaixou as minhas notas o que pôde – enquanto dois deram 9,5, dois deram 10, ele me deu 7. Me vinguei dele. Ele morreu, colocaram um encarte na Gazeta, procuraram alguém que quisesse fazer um necrológio pra ele. Eu disse “Eu faço”. Ganhei um “milão” em termos de hoje, contei essa história... Nenhum aluno quis fazer o texto, eles o admiravam, mas não gostavam dele ele era duro demais, não tinha – sei lá – jogo de cintura, começava a corrigir até o cabeçalho da prova”.

Entre encontros e desencontros, fato é que esse autor teve muita influência na institucionalização da Linguística, pois foi um dos primeiros professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e um grande incentivador para a ida de Aryon Rodrigues para coordenar o curso extensivo de formação de professores de linguística na Universidade de Brasília.

Retomemos os títulos e os anos que Mansur Guérios publicou na Revista Letras:

²³ Geraldo Mattos veio do Rio de Janeiro em 1954, cursar Letras na Universidade Católica e Direito na UFPR, tornando-se doutor em 1962. Foi convidado a trabalhar na Universidade Católica, e, junto ao professor Eurico Back fez pesquisas que resultaram na Gramática Construtural da Língua Portuguesa. Mattos também escreveu vários livros em esperanto, nos quais são reconhecidos internacionalmente.

ANO	TÍTULO
1953	A magia das palavras
1954	Do léxico da pré-história
1955	Tabus linguísticos
1955-2	Tabus Linguísticos
1956	Tabus Linguísticos
1956	O romance moçárábico lusitano
1957	Tabus linguísticos
1958	Dois décadas vencidas
1958	Tabus Linguísticos
1958	Desempenho funcional dos fonemas
1958	A propósito dos tabus linguísticos
1958	Resposta à revista Anhembi
1959	Tabus Linguísticos
1959	A posição linguística do xetá
1960	Tabus linguísticos
1961	Tabus linguísticos
1968	O conceito de correto e incorreto na linguagem

O texto “A magia das palavras” é uma forma de introdução ou o prefácio do que irá ser desenvolvido ao longo dos anos com as publicações dos inúmeros artigos intitulados “Tabus Linguísticos”. Especificamente nesse primeiro texto, o autor fala do poder que a palavra tem enquanto força comunicadora, capaz de governar certas proibições. “As palavras exteriorizadas podem ter forças sobrenaturais benéficas ou malélicas, porém há palavras que não devem ser exteriorizadas, a fim de evitar malefícios dos mesmos poderes” (1953, p.1).

Lembre-mos das condições sócio-históricas dos anos 1950 e 1960. Nessa época, os estudos que predominavam eram os filológicos e dialetológicos e a Linguística era uma disciplina marginal, ou seja, não havia espaço para ela, enquanto ciência, nos cursos de Letras. No cerne dessas condições, entre regularidades e descontinuidades, observamos no texto “A magia da palavra”, o atravessamento de discursos e métodos de análise provenientes da filologia e da

dialetologia, principalmente ao tratar das línguas indígenas no Paraná: “Em trabalho de campo que realizei entre os indígenas *caingangues* de Palmas, Paraná, registrei uma oração aos mortos e uma cantiga para dança, cujas letras são intraduzíveis [...]” (GUÉRIOS, 1953, p. 178).

Porém, como o sujeito é heterogêneo e as condições de existência apontam para várias expansões teóricas linguísticas, há uma influência dos postulados europeus filológicos – diacrônicos – e, ao mesmo tempo, uma visada linguística sincrônica, começando a pensar no sujeito inserido em determinada sociedade.

Isso se intensifica quando trata dos *Tabus linguísticos*. Ele explica o que é tabu linguístico; Abrangendo sentidos e objetos mais amplos, a palavra tabu, para Guérios (1955), pode ser traduzida por sagrado-proibido ou proibido-sagrado. Há diferentes tipos de tabus: (i) os objetos-tabu, que não podem ser tocados; (ii) os lugares-tabu, que não devem ser pisados; (iii) ações-tabu, que não devem ser praticadas; (iv) palavras-tabu, que não devem ser proferidas.

Ao falar especificamente de tabus linguísticos, o autor diz ser a proibição de dizer certo nome ou certa palavra de qualquer expressão imoral ou grosseira. Acrescenta, ainda, que o tabu linguístico nada mais é do que a modalidade em geral, ou é um prolongamento dos demais tabus. Caso alguém não se abster de pronunciar uma expressão vedada, ficará sujeito à infelicidade, podendo atingir toda a sua família ou sua comunidade.

Algumas vezes, as palavras proibidas passam por uma transformação chamada de *noa*, expressão de caráter neutro que substitui o tabu linguístico propriamente dito. Novamente Guérios (1955, p.16) nos explica tal expressão:

[...] não é, na realidade, equivalente a eufemismo, porque êste é a expressão substituta que atenua uma ideia triste ou desagradável, pertencente, por conseqüência, ao domínio moral ou do sentimento, ao passo que a *noa* faz parte do domínio mágico-religioso. Todavia, nada impede que se entenda o sentido de *noa*, abrangendo os eufemismos, como o termo tabu pode incluir, além dos fatos mágicos-religiosos, os demais, i. é , os de natureza moral. É, por outro lado, não há inconveniente em estender a acepção de eufemismo à *noa*, uma vez que há casos, e muitos, de substituição a tabus que são verdadeiros eufemismos ou expressões laudatórias (hipocorísticos²⁴).

A considerar tamanha abrangência do termo, *noa* possui vários sentidos e

²⁴ Hipocorístico, segundo Guérios (1955), é uma expressão de louvor ou de carinho com o intuito de transformar o inimigo em amigo e/ou neutralizar as forças malignas.

passa por vários processos de substituição como cita Havers (*apud*, GUÉRIOS, 1955): (i) alteração fonética; (ii) empréstimo; (iii) antífrase; (iv) substituição por pronomes; (v) contaminação eufemística; (vi) extensão de sentido; (vii) perífrases oracionais; (viii) “*captatio benevolentiae*”; (ix) elipse; (x) instrumental-sujeito; (xi) fuga a generalidade.

Para Guérios, os termos substitutos passam pelos seguintes processos:

(1) O vocábulo tabu é substituído por gesticulação: é vedado às mulheres, na Austrália, a linguagem oral durante o luto; são lhes interditados os vocábulos empregados pelos homens.

(2) O vocábulo tabu é substituído por um sinônimo, simples ou locucional: cita, como exemplo, o fato ocorrido nas Ilhas Carolinas, onde o nome ordinário de porco, que era *puik*, fora substituído para *manteitei*, por causa da morte de um principal chamado *Puik*. Há, ainda, em certas tribos, uma tabuização em relação aos nomes de pessoas mortas. Evitam o nome do morto e dão-lhe outro para poder citar, caindo no esquecimento.

(3) O vocábulo tabu é substituído por uma expressão genérica, com ou sem restrição: algumas doenças gravíssimas são conhecidas por “coisa”, “coisa má”. No Brasil, quando se refere ao câncer, dizem “aquela doença”. Na Austrália, não se pronuncia o nome do homem morto, no lugar diz-se “o outro”. Caso parecido acontece em algumas regiões do Brasil, cria-se uma certa regra em que é necessário colocar o nome “falecido (a)” antes dos nomes das pessoas mortas.

(4) O vocábulo tabu é substituído por estrangeirismo ou dialetismo.

(5) O vocábulo tabu é substituído por um hipocorístico ou por uma antífrase²⁵: o demônio é chamado: *ded* (avô), *didko* (avozinho). Guérios cita que no oeste do Paraná, o saci-pererê é chamado de tiozinho.

(6) O vocábulo tabu é substituído por um disfemismo: para o autor, “disfemismo é uma expressão agravante” (GUÉRIOS, 1955, p. 19). Assim, elenca como disfemismo as palavras: coisa-ruim, malvado, maldito quando se referem ao demônio. No Brasil, dá exemplo da erisipela²⁶ chamada de maldita, a lepra de malbruto e a tuberculose de doença ruim.

²⁵ Para Guérios (1955) a antífrase é o mesmo que a ironia.

²⁶ Doença infecciosa caracterizada por inflamação da pele.

(7) O vocábulo tabu é substituído por um resultado do cruzamento entre aquele e outro vocábulo: “No russo branco, *ancipar*, nome tolerável do demônio, é um cruzamento de **An**(ticristo) + (Lu) **cipar** (= Lúcifer), ambos atingidos por tabulagem, principalmente o primeiro, se aplicado ao demônio” (GUÉRIOS, 1955, p. 20).

(8) O vocábulo tabu, membro de uma locução ou frase, é substituído pelo restante dessa locução ou frase (elipse): Acontece quando deixa-se de pronunciar o vocábulo, como exemplo na locução: Por Deus! em que se omite o termo de maior potência tabuística: Juro por Deus!

(9) O vocábulo tabu não é substituído, mas apresenta-se no diminutivo: diabinho, demoninho.

(10) O vocábulo tabu não é substituído, mas deformado foneticamente: São os casos, em português, da palavra desgraçado que apresenta-se desfigurado eufemisticamente em desgranhado, disgranido, disgramado, disgra e da palavra demônio a qual sofreu deformações resultando em: demo, decho, democho, dêbo etc.

(11) O vocábulo tabu, membro de uma frase, não é substituído, mas ela obedece a uma sintaxe preconcebida: “Em vez da palavra tabu como sujeito ativo de uma oração, emprega-se a mesma palavra em adjunto circunstancial de instrumento. Assim, em vez de – 'um raio matou-o' usa-se (...) 'matou-o mediante um raio'” (GUÉRIOS, 1955, p. 22).

(12) O vocábulo tabu não é substituído, mas apresenta-se no plural: trata-se de uma modalidade de generalização, que não coloca tanta intensidade a uma determinada concepção supersticiosa.

(13) O vocábulo tabu não é substituído, mas apresenta-se no gênero neutro: utiliza-se o gênero neutro para afastar espíritos malignos, no português, por exemplo, usamos a palavra coisa para demônio.

(14) O vocábulo tabu não é substituído, mas pronunciado em voz baixa.

A considerar toda essa explanação, notamos que Mansur Guérios, acompanhado de outros teóricos que analisavam a língua, trata de uma temática que se desloca dos temas priorizados na tradição filológica. Ao colocar em discurso a questão do Tabu, ele revela uma inquietação linguística com relação à “política da língua

e da palavra” (FOUCAULT, 1988, p. 22-23). Em meio a saberes sobre a língua marcados pela não cientificidade, as reflexões de Guérios (i) rompem com a tradição focada na concepção de língua vista como representação do real; (ii) convocam formulações da dialetologia para pensar os componentes socioculturais presentes nos processos de tabuização das palavras; (iii) olha para um sujeito determinado por regras. Além disso, apontam para modos de se pensar o funcionamento da língua/linguagem e para o fato de que os discursos sofrem determinações de práticas discursivas conforme as condições de existências e passam por uma depuração que filtra as palavras e estabelece, por meio de relações sociais, o que se pode falar e o que não pode.

Nessas restrições, ocorre:

Uma depuração [...] do vocabulário autorizado. Pode ser que se tenha codificado toda uma retórica da alusão e da metáfora. Novas regras de decência, sem dúvida alguma, filtraram as palavras: definiu-se de maneira muito mais estrita onde e quando não era possível falar dele; em que situações, entre quais locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se, assim, regiões, senão silêncio absoluto, pelo menos de tato e discrição; entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, patrões e serviçais. É quase certo ter havido aí toda uma economia restritiva. Ela se integra nessa política da língua e da palavra [...] (FOUCAULT, 1988, p. 22-23).

Foucault (2012), ao falar sobre os procedimentos de controle, mais exatamente na interdição, diz que ela revela as palavras que podem ser ditas, e, conseqüentemente a união do discurso com o desejo e o poder. Da mesma maneira que aparece nos “tabus linguísticos”, a interdição tem a função de determinar o que pode ou não entrar na ordem do discurso, nesse caso, as palavras que são proibidas de serem ditas. Ainda numa sociedade podem existir certos “rituais da palavra” (p. 42) que separam, na comunidade de fala, aqueles que têm o direito exclusivo sobre a fala em certo campo discursivo.

São discursos que se valem de saberes e de poderes para interditar alguns dizeres. Conforme a tese foucaultiana, nossa sociedade é controlada por mecanismos que visam controlar os sujeitos e os sentidos. O sujeito, portanto, não tem o direito de dizer tudo (tabu do objeto), não se pode falar de tudo em qualquer circunstância (tabu da circunstância) e qualquer um não pode falar qualquer coisa (direito

privilegiado). Isso porque as interdições, junto com a segregação, têm ligação sobre o que pode ou não ser aceito. Assim, não é qualquer indivíduo que pode entrar na ordem do discurso, é preciso que lhe seja concedido o direito, que fale de um lugar determinado por micropoderes, por instituições que o controlam.

Tais instituições e poderes regulam o dizer e controlam os discursos e os sujeitos, pois para falar qualquer coisa de qualquer lugar é preciso estar legitimado. Foucault (2013a) perguntaria: quem fala? Qual o status dos indivíduos que permitem que eles possuam o direito institucional, regulamentado para proferir seus discursos? O filósofo vai analisar o discurso do médico e a ocupação controlada pela prática discursiva médica, capaz de intervir e decidir sobre a saúde dos sujeitos. Desse modo, o discurso médico é aquele reconhecido pelo seu lugar institucionalizado que confere a esse sujeito o direito de articular tal discurso.

Diante disso, podemos dizer que o sujeito Mansur Guérios está num lugar legitimado – aquele da elite intelectual paranaense – por meio de um suporte institucional – a faculdade, o clero – e o que ele diz funciona como verdadeiro, exercendo sobre os outros discursos uma forma de pressão, coerção (FOUCAULT, 2013a).

Para existir o discurso é necessário estabelecer relações entre os enunciados e sujeitos, na medida em que a língua(gem) é constituída pelo histórico e pela memória. Então, podemos compreender os processos de repetição e apagamento, pois, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem o revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder” (FOUCAULT, 2012, p. 9).

Todo discurso passa pelo crivo de um controle determinado por regras que diz o que se pode ou não dizer, além disso, há coisas, a rigor, que não podem ser ditas nunca. Em vista desse raciocínio, vale observar o que se dizia, na década de 1950, por Mansur Guérios, que já começava a quebrar com os paradigmas filológicos baseados nos textos literários como modelo de falar corretamente. Notamos, nesse momento, um exercício de trabalho linguístico que convoca o sujeito onde ele está e faz uma correlação com a história.

Entremeio aos *Tabus linguísticos*, Guérios publica outros textos, como no ano de 1958, em *A propósito dos tabus linguísticos* o autor responde ao Jornal de filologia de Silveira Bueno. O que chama atenção em sua resposta é o fato de que,

quando indagado sobre a existência do tabu linguístico, no Brasil, da palavra piolho na qual se diz bicho, Guérios afirma que o ato de nunca ter ouvido tal expressão não é motivo de negá-la, pois existem tantas expressões, que o professor Silveira Bueno e ele mesmo não conhecem.

No ano de 1954, no texto *Do léxico da pré-história*, Mansur Guérios faz um estudo filológico, indagando a etimologia de vários vocábulos considerados pré-históricos. Exemplo: a palavra *Calumnia* quer dizer calúnia é derivada de *calo* – no sentido de ferimento no coração, nas entranhas.

Em *O romance moçárábico lusitano*, de 1956, há uma sistematização dos dialetos de base latina, aumentada de elementos árabes falados pelas comunidades cristãs durante a dominação muçulmânica na Península Ibérica.

Em *Desempenho funcional dos fonemas*, de 1958, aparece pela primeira vez, na Revista Letras, o termo discurso, sinônimo de fala (*parole*) para Saussure. Nesse texto, a língua é tratada como um sistema. Seguindo os pressupostos de Edward Sapir e da escola norte-americana, Mansur Guérios preocupa-se com a fonologia sincrônica de algumas palavras no português.

No texto de 1959, *A posição linguística do xetá*, Mansur Guérios compara a língua xetá com a tupi-guarani, no seu nível morfológico e fonológico, chegando a conclusão de que a língua xeta é basicamente a do tupi-guarani.

Em *O conceito de correto e incorreto na linguagem*, de 1968, o pesquisador trata de uma questão ainda atual e polêmica, o caso do que é certo e errado na linguagem. Ele diz que essa questão é complexa e diferentemente do que pensam os filólogos e gramáticos puristas, a língua não seria a expressão do pensamento lógico; ela estaria em conformidade com o meio social geográfico da atualidade.

A memória não pode “ser concebida como uma esfera plana [...] cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório”, mas como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização; um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (p.56). Esse postulado teórico parece mais evidente quando olhamos para o percurso das publicações de Mansur Guérios. Ao longo desses quinze anos de publicações, várias memórias sedimentadas em uma possível cientificidade sobre a língua são trazidas, colocando-se em contato e em

confronto com outras formulações, permitindo-nos observar, na interdiscursividade, discursos heterogêneos, que falam a partir de um ponto de vista linguístico e constituem novos saberes.

Observando as condições de existência e lembrando, novamente, que a Linguística, enquanto disciplina, foi institucionalizada em 1962 e só começou a ganhar visibilidade, segundo Altman (1998), nos anos sessenta, podemos dizer que os enunciados de Mansur Guérios são pertencentes a, pelo menos, duas formações discursivas distintas. De um lado, situam-se os enunciados que reatualizam memórias filológicas e dialetológicas como em *Do léxico da pré-história, O romance moçárabico lusitano* e *A posição linguística do xetá*; de outro lado, há uma certa ruptura em que se começa a olhar para um novo discurso de base nos estudos linguísticos como em *Desempenho funcional dos fonemas* e em *O Conceito de correto e incorreto na linguagem*. Em outras palavras, tanto promove uma volta a uma memória enraizada quanto faz aparecer um novo discurso.

3.1.2 Enunciados nas tramas da gramática tradicional e da filologia

Fazendo uma volta ao arquivo da memória, podemos verificar, em alguns artigos, certas continuidades em relação aos estudos linguísticos. Os enunciados retomam uma memória discursiva, construída pelo discurso de língua portuguesa desde a era clássica do falar bem e escrever bem, criando efeitos de sentidos que deixam entrever certa posição enunciativa: a de filólogo e gramático tradicional.

Assim, no texto publicado em 1953, intitulado *A morfologia do verbo tupi*, de Aryon Dall'Igna Rodrigues²⁷, encontramos uma sistematização da morfologia Tupinambá no Brasil. Diferentemente de Mattoso Câmara Jr., que se apoiava nos então “novos” pressupostos teóricos norte-americanos, tão criticados, Rodrigues usa uma análise gramatical tradicional europeia, com uma visada sincrônica:

²⁷ Aryon Dall'Igna Rodrigues, aluno do professor Mansur Guérios, foi o primeiro Doutor em Linguística do Brasil com título obtido em curso de doutoramento regular. Coube a ele, também, em 1963, a tarefa de criar um departamento de linguística na Universidade de Brasília. Lá, em consonância com o texto acima e outros vários trabalhos, ele funda o Centro de Estudos das Culturas e Línguas Indígenas com a participação do Departamento de Antropologia.

A análise linguística por meio da qual se deduziu o sistema é o que talvez se poderia chamar uma análise tradicional, no sentido de que se prende, em suas linhas gerais, a uma tradição gramatical européia, vigente em nossas escolas, e que se distingue das novas técnicas de análise estrutural desenvolvidas pela linguística norte-americana ou pela glossemática de Hjelmslev. A vantagem que pode apresentar esta análise 'tradicional' é a de ser a mais acessível aos leitores brasileiros, dos quais novas técnicas são ainda pouco conhecidas. (RODRIGUES, 1953, p. 122).

Nesse trecho, é possível perceber como eram as condições de produção dos estudos linguísticos vigente nas escolas do Brasil. Fica evidente que, em 1953, ainda havia uma resistência e uma inacessibilidade às *novas técnicas de análise estrutural*.

O texto *A falsa analogia na ortografia francesa* (1955), de Pinheiro Reis, reverbera um efeito de memória que reenvia à antiguidade: a de se basear nos estudos vindos de fora, mais especificamente aqueles vindos da Europa. Há uma preocupação com a linguagem europeia e com a sua ortografia.

Já no texto *Como se está ensinando nossa língua*, do mesmo ano, vemos uma tentativa de ruptura, uma vez que começa a olhar para a língua no Brasil, porém alguns enunciados ainda estão ligados a uma memória discursiva que reproduz saberes arraigados na gramática tradicional (trazida de fora). O autor José Sá de Nunes, faz uma crítica às maneiras “incorretas” de alguns vocabulários que são ensinados em alguns meios de comunicação, como a Folha da Manhã. A crítica limita-se à prosódia, à etimologia e à sintaxe. Exemplos: qual seria o certo entre *flôres* e *flores*, *curtir* ou *cortir*, *hieróglifo* ou *hieroglifo*, etc.

No artigo *Lheísmo no português do Brasil* (1960), há uma crítica contra os que não respeitam os “ditames razoáveis de gramática” e “olham para a evolução natural da língua”, admitindo, por exemplo, o uso do *lhe* como objeto direto (NASCENTES, 1960, p.108-109). Notamos, assim, um discurso que legitima os falares eruditos, em detrimento dos falares coloquiais.

No texto *Proposital e Propositalmente*, de José de Sá Nunes, o que prevalece é o estudo filológico:

especialmente interessad[o] na exegese dos textos literários. [...] designa, estritamente, o estudo da língua na literatura, distinto portanto da lingüística. [...] que vem a ser o estudo lingüístico, especialmente diacrônico, focalizado no exame dos textos escritos em vez da pesquisa na língua oral por inquérito com informantes. (CÂMARA JR., 1992).

Ao tratar do uso dos vocábulos “proposital” e “propositalmente”, José de Sá Nunes faz um debate sobre qual seria o modo correto, ou melhor, se essas formas são corretas. Assim, traz para a discussão apontamentos de outros filólogos, um deles é Said Ali:

Nas 'Dificuldades da Língua Portuguesa' destarte se manifesta: 'o argumento da exuberância de expressões indígenas de antigo cunho falha muitas vezes; e contudo certos dizeres novos, realmente práticos, são tão mal vistos que o escritor castiço, em topando, se persigna escandalizando como o cristão devoto em face do inimigo. Um desses horrores é o termo **proposital**, substituindo, algumas vezes, o já um tanto obsoleto e acintoso, e criado por influência do antiquíssimo **casual**. Como o povo fala sem primeiro ler os cinco volumes da 'Nova Floresta e os quinze volumes dos 'Sermões inventa muito naturalmente por analogia, por associação de ideias um **tiro proposital** ao lado de um **tiro casual**; o que sem dúvida é mais sumário e mais conciso do que **tiro disparado de propósito**. Os puristas, votando pela concisão, mas supondo que assim se envenena a Língua, acharam já a triaga no termo **propositado**, produto de pouca habilidade, desconhecido de Camões e cuja semente não consta andar espalhada pela 'Nova Floresta' ou pelos livros de Vieira. Com o tempo e a decisão da maioria vencem-se repugnâncias linguísticas as mais justas. Se proposital e propositado não morrerem ambos, não será de admirar que venha a prevalecer justamente o termo menos recomendável ou menos recomendável agora. (SAID ALI, apud, NUNES, 1953, p. 157).

Baseando-se em trechos literários de Camões e outros cânones, como exemplo de certeza na escrita, José Sá de Nunes enfatiza sua posição sujeito enquanto filólogo, principalmente ao dizer que os termos “proposital” e “propositalmente” são usados na fala, porém, não são encontrados em dicionário nenhum, muito menos praticados por bons escritores.

Com o “espírito e a convicção de que o arcaísmo presta ao que escreve serviços inestimáveis, não só à luz da forma literária, mas ainda à luz da perfeita enunciação do pensamento” (NUNES, 1954, p. 53), José de Sá Nunes tece comentários sobre o uso dos *Arcaísmos* e da maneira exacerbada que alguns escritores os empregam “com o fim de mostrar que têm profundo conhecimento do idioma que manejam (NUNES, 1954, p. 54).

Filiado à escola do Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro e de Rui Barbosa, o autor deixa evidente sua posição sujeito, enquanto idealizador do falar bem e escrever bem, apoiando-se nos grandes cânones literários, que usam com moderação os arcaísmos.

A cronologia dos empréstimos (1955), de A. G. Cunha, apresenta um texto

predominantemente filológico, que busca fundamentar a etimologia de algumas palavras. Isso também acontece em *A língua sânscrita e a cultura* (1955), de Jorge Bertolaso Stella, quando investiga, em textos literários, a gramática da língua do Veda, na antiga Índia e em *Aspectos do paralelismo nominal ático-épico* (1956) o autor faz um nivelamento morfológico do mundo literário grego, das obras de Homero.

Os textos *O povo e a origem histórica e filológica de algumas povoações* (1959) de Arlindo de Souza e *Novas notas ao glossário luso asiático* (1959) de A.G.Cunha são de caráter filológicos e baseiam-se em textos antigos literários para resgatar algumas etimologias.

Em *Toponímia arqueológica de entre douro e vouga* (1960), *Topônimos de Portugal* (1960) e *A filologia românica no Brasil e Vocabulário entre douro e vouga* (1961) baseiam-se em nomes antigos da Europa.

Tal fato também fica evidente em *A saudade portuguesa na toponímia brasileira; em Gramática de Pânini* (1960) e *A Linguística românica na Rússia* (1960) objetivo é mostrar a contribuição da filologia românica russa aos estudos brasileiros; em *Alguns neologismos e peregrinismo do português do Brasil* (1961), autor descreve alguns neologismos escritos na imprensa brasileira da época, inclusive com influências norte-americanas.

3.1.3 ENUNCIADOS COM EFEITOS DE SENTIDOS FUNDADORES DE UMA NOVA FASE NA LINGUÍSTICA

De saída, vale repetir que nenhum discurso é único, singular, tampouco surge de si próprio, mas das relações interdiscursivas que retomam já ditos implícitos e buscam, na dispersão, o sentido e o lugar de seu dizer, isto é, “a função interdiscursiva como domínio de memória permite o retorno e o reagrupamento de enunciados, assim como seu esquecimento ou apagamento” (COURTINE, 2006, p. 79).

Enunciados aparecem, reaparecem e desaparecem segundo regras de poder e saber que controlam os sujeitos e os sentidos do que é dito. Assim, é constituinte

do funcionamento discursivo a tarefa de lembrar/esquecer e repetir/apagar discursos que atuam nas transformações e nas formações discursivas. Isso porque “o discurso é um lugar de memória, [...] porque ele traz o vestígio inscrito nas suas formas das flutuações e das contingências de uma estratégia; a impressão sedimentada de uma história, de suas continuidades e de suas rupturas” (COURTINE, 2006, p. 91).

Em meio à exterioridade que implica as contingências históricas, o reconhecimento da interdiscursividade e da heterogeneidade discursiva inscritas na linguagem da Revista Letras, interessa, agora, verificar quais enunciados, mais precisamente, se confrontam com a tradição gramatical e filológica, produzindo efeitos de sentido fundadores de uma nova discursividade, uma nova fase na história da Linguística.

Quando falamos em ‘confrontos de enunciados’ temos de ter em vista as condições sócio-históricas que deram lugar às séries de acontecimentos, como este reproduzido a seguir, a propósito da explicação sobre o que é Linguística, contida no *Dicionário de Questões Vernáculas*, de Napoleão Mendes de Almeida²⁸. Para que serve a Linguística?

Para fixar inúteis, pretensiosas e ridículas bizantinices, perde o estudante o tempo que deveria dedicar ao conhecimento efetivo da língua. [...] Que adorno cultural representa um diploma de lingüística a quem escreve, ou deixa meia dúzia de vezes passar num mesmo artigo de jornal, os mais tolos erros de gramática? [...] Enganam-se os pais, enganam-se os filhos quando pensam estar a escola, a faculdade ensinando gramática, ensinando a língua da terra porque no programa consta `lingüística. O objeto da lingüística é a língua no sentido da fala, de dom de expressar o homem por palavras o pensamento; é um estudo sem utilidade específica para este ou aquele idioma. [...] É a lingüística um dos estorvos do aprendizado da língua portuguesa em escolas brasileiras. (apud BAGNO, 2000, p.80)

Tal manifestação contra a Linguística mirava fundamentalmente sua inserção nos cursos de Letras, ocorrida a partir do ano de 1960. Para Ilari, “a defesa de um

²⁸ Napoleão Mendes da Almeida ingressou para a história dos estudos linguísticos como sendo, seguramente, um dos gramáticos e filólogos mais conservador e reacionário em relação a quaisquer manifestações científicas voltadas para a linguagem, seu uso e, principalmente, seu ensino. Inimigo declarado da Linguística, seus dizeres nos ajudam a pensar nas fortes resistências instauradas no momento em que imperavam a ‘tradição’ e a ‘pureza’ do vernáculo, contra a qual se erguiam as primeiras vozes da linguística no cenário brasileiro.

conhecimento efetivo da língua”, sob a ótica de Almeida justifica-se porque:

A Linguística [...] suscita a todo momento o contraste entre culturas dominantes e culturas relegadas (como no caso das línguas indígenas ou das áreas de bilinguismo resultantes de imigração), entre formas de expressão socialmente prestigiosas e formas de expressão desprestigiadas (como no contraste entre a literatura oficial e a literatura popular); entre a solução de gabinete e as soluções de quem vive os fatos; entre a indústria de livros didáticos das grandes tiragens e os materiais cujo parâmetro são pessoas reais. (ILARI, 1985, p.15).

Com efeito, nos escritos da Revista Letras, deparamo-nos com séries enunciativas que suscitam os contrastes de que fala Ilari. Retomemos os artigos *Tabus Linguísticos*, de Mansur Guérios, a partir de 1955; *Língua e Cultura*, de Mattoso Câmara Jr.; *Ciência da linguagem histórico-cultural*, de Reinaldo Bussomann; *Abstrato ou Concreto?*, de Pe. José Vicente César; *O objetivo cultural no ensino das línguas vivas*, de Maria das Dores Wouk; e, por fim, *O conceito de correto e incorreto na linguagem*, de Mansur Guérios.

Particularmente com relação aos contrastes entre as culturas dominantes e as relegadas, os enunciados materializados nos *Tabus Linguísticos* entrecruzam discursos consonantes com essa polarização de culturas, permitindo-nos circunscrever rupturas, ainda que tímidas, com relação às tradicionais práticas de tratamento dos fatos da linguagem. Dentre as questões ali priorizadas, colocam-se em relevo resultados de investigações que fazem os estudos tradicionais e os estudos advindos do discurso católico, que se entrecruzam para dar medida do que é correto ser dito, partindo da ideia de salvação divina, bons costumes, etc. para regular e disseminar uma austeridade cristã. Desse modo, a interdição do que se pode ou não dizer é exercida por complexas relações de poder, ligadas a condições sociais, políticas, culturais.

A partir de um enfoque voltado para o uso da língua, deslocando, portanto, um tratamento calcado nos preceitos filológicos, os artigos permitem-nos observar que o sujeito que fala é construído pelas práticas discursivas e pela exterioridade; ele profere seu discurso dentro de uma heterogeneidade discursiva, na qual retomam outros discursos de uma rede de memória e sistema de controle profundamente arraigados em uma sociedade cristã, funcionando como condição de

legibilidade e enunciabilidade. São discursos que se valem de saberes e de poderes para interditar alguns dizeres.

Vale observar que o que se dizia nos *Tabus Linguísticos* já começava a quebrar com os paradigmas filológicos baseados nos textos literários, como modelo de falar corretamente. Notamos, também, um exercício de trabalho linguístico que convoca o sujeito onde ele está e faz uma correlação com a história. Isso pode ser observado no excerto a seguir:

Diz a mulher - “meu marido” (não se tolera meu homem), porém o homem a ela – minha mulher ou minha senhora ou minha patroa. Espôso e espôsa são da linguagem literária. (GUÉRIOS, 1955, p. 76).

Na explicação sobre o uso da língua, o autor apresenta uma explanação passível de ser lida/analizada sob a ótica discursiva, na medida em que mostra uma construção – meu marido e não meu homem – cujo funcionamento atualiza a memória cristã interditando a mulher de dizer “meu homem”. Tal interdição refere-se ao uso social da língua, enfoque caro e importante aos avanços da Linguística, que começava a ganhar espaço nas produções acadêmicas.

Em vista disso, podemos dizer que esses e outros enunciados materializados nos textos sobre *Tabus Linguísticos* começam ressoar para uma nova maneira de analisar a língua, não mais calcada em elementos puramente filológicos e descontextualizados.

Nessa mesma linha de deslocamentos, voltamos ao artigo *Língua e Cultura* (1955), de Mattoso Câmara Jr., apresentado no segundo capítulo desta dissertação. Em não poucos movimentos de ruptura, de descontinuidade na ordem do dizer, irrompem discursos divergindo em relação à forma como eram conduzidos os estudos da linguagem, nos anos 1950, promovendo, portanto, novos olhares, portanto, sobre os caminhos a serem trilhados pelos estudos linguísticos, promovendo e provocando sua institucionalização.

Uma importante atualização de discursos outros, a ser destacada, são os enunciados que trazem à baila os estudos estruturalistas norte-americanos, mais especificamente os de Sapir. Na escrita de Mattoso Câmara Jr, os ensinamentos do mentalista norte-americano podem ser observados em passagens como esta. Considera-se a língua como parte da cultura e:

[...] parte autônoma, que se opõe ao resto da cultura; explica-se até certo ponto pela cultura e até certo ponto explica a cultura; tem não obstante uma individualidade própria, que deve ser estudada em si; apresenta um progresso que é o seu reajustamento incessante com a cultura; é uma estrutura cultural modelo, que nos permite ver a estrutura menos nítida, imanente em outros aspectos da cultura. (CÂMARA, 1955, p. 59).

As reflexões de Mattoso Câmara Jr, acompanhadas de toda sua produção intelectual, vão ao encontro de uma nova fase linguística, pois quando trata a língua como uma estrutura cultural rompe abertamente com a tradição puramente gramatical e filológica, inscrevendo-se num lugar de resistência ao pensar num sujeito inserido numa cultura e não seguindo os ditames das academias brasileiras.

O artigo *Ciência da linguagem histórico-cultural*, de Reinaldo Bussomann, ainda não exprime um novo olhar sobre os estudos linguísticos, mas apresenta uma inquietação em relação a certas questões polêmicas e divergentes, como a sincronia e a diacronia.

O autor indaga sobre qual seria a tarefa da linguística e da filologia, visto que, na maioria das vezes, essas eram tratadas como disciplinas contrárias, em que a filologia era um trabalho essencialmente histórico e a linguística uma pesquisa estritamente sincrônica.

Observamos, na materialidade discursiva, enunciados que vão de encontro a certos preceitos estabelecidos em torno da linguagem e posicionam-se numa formação discursiva que tenta unir a sincronia e a diacronia:

os exemplos aqui dados mostram a reação íntima entre a linguística e a história da cultura na interpretação de modos de dizer ou de conceitos particulares, interpretação essa para a qual a linguística só não é suficiente. [...] Assim como em nossa língua moderna há vida vigorosa e como ela o fiel reflexo de sua época, assim também se esconde, em muitos vocábulos antigos, uma tradição viva um retrato cultural-histórico e um passado histórico. (BOSSMANN, 1955, p.142)

Nesse momento, começa-se a ter um avanço em relação ao programa de investigação linguística. Tal avanço pode estar relacionado ao estruturalismo linguístico, que vinha tentando abrir espaço, no Brasil, com Mattoso Câmara. Esse estruturalismo se configurou calcado em uma abordagem sincrônica, marcando modificações nos estudos sobre a linguagem desse período, visto que a maioria dos

estudiosos da época estavam vinculados à perspectiva diacrônica, e, portanto, contrária à perspectiva sincrônica, provocando tensões, no foco da descontinuidade, entre a filologia e a linguística.

Tal fato foi determinante para os rumos dos estudos dialetológicos que deixam de ser diacrônicos. Conforme Altman (1996, p.185):

A tensão entre as orientações diacrônica e sincrônica, no foco da descontinuidade entre a filologia e a linguística dos anos sessenta, concretizou, naquele momento, uma necessária ruptura entre duas práticas de análise: a 'descritiva', 'autônoma', sinônima de 'linguística', a 'histórica', 'não-autônoma', sinônima de 'filologia'. A dialetologia foi praticada como um aspecto importante da filologia tradicional, o que explica o seu caráter diacrônico inicial, mas mesmo tendo perdido, já na metade do século, sua motivação diacrônica e se tornado um domínio autônomo de investigação, ela continuou sendo percebida pelas gerações posteriores como parte integrante da filologia, o que explica o desinteresse da comunidade científica dos anos setenta e metade dos oitenta pelo seu programa.

Dessa forma, podemos dizer que o artigo *Ciência da linguagem histórico-cultural* inscreve-se em uma rede de discursos produzidos, que circularam em um momento sócio-histórico em que se observa certa transição. Começa-se a privilegiar a orientação sincrônica nos estudos da linguagem, até então exclusivamente diacrônica.

No artigo *Abstrato ou Concreto?*, do Pe. José Vicente César, materializam-se enunciados que rompem com certa maneira de olhar para a gramática tradicional. Vemos uma tentativa de explicar a divisão gramatical entre os substantivos concretos e abstratos. Já nessa época há um certo incômodo ao modo como esses substantivos são ensinados pela gramática tradicional, pois não consideram a semântica, sendo, “de fato, a maneira fácil e barata de lecionar aos iniciantes de letras” (CÉSAR, 1958, p. 25).

Segundo o autor:

Para o substantivo ser concreto ou abstrato temos ainda de considerar o objeto representado como tal, e não só o conceito de substantivo independente em si mesmo. Ser independente significa possuir independência individual. [...] No mais, é certo, que nem a Gramática nem a Lógica chegaram jamais a estabelecer critérios e bases firmes de uma divisão clara entre os substantivos concretos e abstratos. (CÉSAR, 1958, p.32).

Dentro das leis semânticas, é regra geral que o sentido abstrato dos vocábulos adveio posterior ao significado primitivo concreto. (CÉSAR, 1958, p.33).

No artigo *O objetivo cultural no ensino das línguas vivas*, de Maria das Dores Wouk, há um momento de ruptura, pois é a primeira vez, na Revista Letras, que se debate sobre o ensino da língua nas escolas. Segundo Wouk:

Hoje em dia, ao ensinarmos uma língua, não visamos apenas ao domínio da língua em si, mas também o país e de maneira especial a sua cultura. É por meio da língua que um povo exprime sua concepção do mundo e traduz as suas riquezas espirituais. Estudando a civilização e a psicologia de outros povos, enriquecemos os nossos conhecimentos sobre a humanidade. (1960, p. 215).

O ensino cultural bem compreendido deve não só estimular constantemente o aluno, mas também ajudá-lo a resolver os problemas que o preocupam, contribuir para o seu desenvolvimento harmonioso, tanto quanto possível, e fazê-lo entrar em contato com os problemas normais da vida, pelo conhecimento das reações de outros homens diante desses mesmos problemas. (1960, p. 215).

Nesse artigo, a autora inquieta-se com certa maneira tradicional de ensinar a língua. Para ela, o ensino não deve ficar somente no vocabulário e nas regras gramaticais, mas deve estudar outros aspectos exteriores, como a cultura, os costumes, as atualidades, etc.

O texto *O conceito de correto e incorreto na linguagem*, de Mansur Guérios, apresenta enunciados que combatem a gramática normativa, que leva em consideração um procedimento dogmático e prescritivo, que não prevê a língua como um fator social e, muito menos, considera todas as manifestações da língua popular como material de primeira ordem:

Conceito do correto e do incorreto na linguagem

Trata da correção da linguagem, das questões do que se deve ou não se deve dizer, não só a escola, mas ainda e principalmente os gramáticos e puristas, e, não poucas vezes, através da imprensa, essas questões possam a ser discutidas com ênfase, com entusiasmo, e o que é de admirar, têm a simpatia do público em geral, principalmente no Brasil.

Certas revistas de Filologia, principalmente as de outrora, reservavam uma secção para atender a consultas.

- Mas qual é o critério de certeza na linguagem?

O problema é complexo, e os lingüistas, que são os mais competentes para discuti-lo, em geral não lhe dão atenção; preferem outros problemas, muitas vezes mais complicados, a tratar do assunto que, é evidente, não é tão só de natureza linguística.

[...] Mas, na verdade, a língua não é expressão do pensamento lógico.

[...] assim, o correto é o que, além de claro, está de conformidade com o meio social-geográfico culto da atualidade, e o incorreto é o contrário – o obscuro, o desvio ou o insulamento dentro dêsse meio na atualidade.

[...] Enquanto na língua falada predomina o lado social ou da coletividade sôbre o individual, na linguagem literária há o predomínio, em regra, do

individual sôbre o social. Por isto a linguagem literária é essencialmente pessoal, afetiva e estética.(GUÉRIOS, 1968, p. 3-4)

Observamos, na materialidade desses enunciados, uma tentativa de desestabilizar as certezas que alicerçavam a fase denominada Pré-Linguística, ou seja, aquela que legitima os falares eruditos em detrimento dos falares coloquiais. Trata-se de um contra discurso que quer perturbar ou mesmo reverter sentidos provenientes de estudos que insistem em pensar a escola como guardiã e defensora da língua literária.

O discurso que cliva o Correto e o Incorreto abre “para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória”(FOUCAULT, 2013, p. 31-32). Que memória? Justamente essa que arquiva enunciados formulados no cerne dos trabalhos filológicos realizados ao longo dos tempos.

Conforme vimos em nosso esboço histórico, as discussões em torno da linguagem e as tentativas de imposição de uma variedade linguística sobre a outra são fatores antigos. Não por acaso, a legitimidade de determinados saberes vão se constituindo historicamente por meio de exercícios de poder e de autoridade daqueles que se inscrevem num espaço privilegiado.

Diante do que foi exposto, atentamo-nos pelo fato de que a formação da gramática sofreu (e sofre) forte influência dos estudos relacionados à Antiguidade, inculca[ndo] regras com a férula que lhe castiga os desvios, apodados do nome horrível de erros, contribui para criar um sentimento de desprezo pelas formas populares.

Esse enunciado retoma memórias que persistem em pensar na gramática, e por assim dizer, nos compêndios, manuais de ensino, como veículos de explicações lógicas e filosóficas sobre a língua. Não raro, eles consideram algumas formas linguísticas, geralmente, aquela que imita os clássicos literários e deixando de lado os outros falares.

A gramática normativa, combatida nos excertos, resgata memórias que tomam a língua como expressão do pensamento, isto é, quem se expressa bem, pensa bem. Essa visão, tão vivamente combatida nos fragmentos, leva em consideração um procedimento dogmático e prescritivo que não prevê a língua como um fator social e, muito menos, considera todas as manifestações da língua popular

como material de primeira ordem.

Examinando as condições de existência dos enunciados, em que a Linguística era um campo que ainda estava surgindo, notamos, nesse artigo, um discurso que tenta romper com os estudos arraigados em saberes puristas. Flagramos, assim, pelas redes de memória, um sistema de formação que quer reconstruir o critério de certeza da linguagem e não mais pensar na língua como expressão do pensamento, mas pensá-la também no âmbito social.

Além disso, ao (re)visitarmos o passado, podemos olhar a relação do discurso acadêmico com a construção da memória, na qual a retomada insistente da dicotomia “Correto e Incorreto” abre brechas para pensarmos sobre a complexidade do tema produzido por uma memória que determina a ordem dos enunciados. Essa constante circulação possibilita refletir sobre as amplas séries enunciativas entrecruzadas, por vezes, contraditórias, que propiciaram a emergência de alguns discursos que definiram as condições de existências dos enunciados antigos e atuais.

3.1.3.1–Dialetologia em evidência

O artigo *Um inquérito linguístico por dentro*, de Pinheiro Reis, publicado em 1953, em concordância com o recém-criado Centro de Estudos de Dialetologia Brasileira, apresenta um estudo dialetológico voltado para o interior do Paraná, mais exatamente para o Rio dos Medeiros, no município de Guaraqueçaba. Ressaltando uma certa continuidade nos estudos ainda iniciais da dialetologia.

Porém, diferentemente do *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral (visto no segundo capítulo) em que a investigação dos falares caipiras serviam de pretexto para os ridicularizar, no texto de Pinheiro Reis, há uma valorização dos falares interioranos, em detrimento da língua literária:

O inquérito põe o estudante em contato com a realidade vital, com a língua vulgar na sua espontaneidade e riqueza de informação, língua para a qual talvez não se tenha chamado ainda sua atenção e quem sabe nem lhe pareça oportuno ou interessante estudar por se tratar, na sua deturpada opinião, de uma forma espúria de degradação e degenerescência da 'bela, pulcra, cantante língua literária'. (REIS, 1953, p. 183).

Nesse sentido, acreditamos haver uma certa tentativa de desestabilizar as certezas que alicerçavam a fase denominada Pré-Linguística, ou seja, aquela que legitima os falares eruditos em detrimento dos falares coloquiais. Conforme observamos no seguinte trecho:

A escola, como a temos, guardiã e defensora da língua literária que inculca através de regras gramaticais de nem sempre bem fundada dedução e com a fêrula (não era antigamente risonha e franca?) que lhe castiga os desvios, apodados do nome terrível de erros, contribui para criar um sentimento de desprezo injustificável pelas formas populares. Aqui se fere o combate entre a gramática normativa no que ela tem de intransigente e retrógrado e os princípios elementares da lingüística que considera tôdas as manifestações da língua popular como material de primeira ordem, para averiguações e investigações de fenômenos sincrônicos e diacrônicos de uma língua. (REIS, 1953, p. 183-184).

Trata-se de um contra discurso que quer perturbar ou mesmo reverter sentidos provenientes de estudos vigentes na época, que insistem em pensar “a escola, como guardiã e defensora da língua literária” (REIS, 1953, p. 183). Há, portanto, uma ruptura entre os novos saberes linguísticos e a disciplina filológica, que começa timidamente a ganhar dizibilidade e visibilidade no espaço acadêmico, na década de 1950. Irrompe, nesse excerto, um discurso que vai de encontro com as práticas tradicionais, cujo estatuto socioprofissional e científico dedicado à Linguística era, exclusivamente, o trabalho dos pesquisadores/filólogos voltado para composições de grande erudição sobre o português, confundido-se com estudos de cunho literário.

Há, desse modo, uma memória que estabelece uma certa continuidade em relação aos estudos filológicos e gramaticais, não desvinculando dos pressupostos da época, visto que eram esses estudos que estavam vigentes nas faculdades no Brasil. Ao mesmo tempo, notamos que alguns enunciados, junto com as memórias que trazem, colocam-se em contato e em confronto com outras formulações discursivas, justamente com aquelas filológicas e gramaticais, apontando para uma ruptura nos estudos linguísticos e para um novo discurso.

Em *Grandeza e decadência do vocabulário*, de 1954, Pinheiro Reis faz um estudo diacrônico e sincrônico de alguns itens lexicais e suas evoluções. A linguagem, para o autor, é um fato psicológico, no qual as palavras agregam símbolo de nobreza ou degradação. Pensando nisso, ele verifica os aspectos sociais, a

decadência do falar precioso e a ascensão da gíria em alguns vocabulários, nas mais distintas sociedades.

Um dos exemplos é o pronome de tratamento *mercê* ou *mercede*, usado somente entre os reis e nobres do século XV, que, ao se vulgarizar e começar a fazer parte da linguagem do povo se transformou de *vossa mercê* para *vossemecê* e *você*. No Brasil, o *você* passou para *ocê*, em Minas é muito comum ouvir a expressão: *Cê é besta!* (REIS, 1954, p. 67).

Nesse artigo, observamos uma ambivalência, reafirmam-se os parâmetros vigentes e ao mesmo tempo começa-se a ter um outro olhar. Lembrando-nos que a produção linguística brasileira foi, até metade dos anos 1980, essencialmente diacrônica, apreendemos, na materialidade do artigo, enunciados que vão de encontro a essa tendência, prenunciando um novo discurso.

Ainda não se tem uma ruptura, pois se observa, pelo interdiscurso, certo preconceito em relação a outros falares – as gírias, caipira – que fogem à norma culta padronizada pela sociedade elitizada. Por outro lado, nota-se uma preocupação sincrônica com outros aspectos da língua, que sai do contexto literário e começa a abarcar a sociedade em geral, pensando num sujeito inserido num lugar social, ainda que para negligenciá-lo.

No ano de 1956, há uma prevalência dos estudos dialetológicos. Em *O tratamento de “você” no Brasil*, de Antenor Nascentes, o autor faz um panorama histórico da evolução da palavra dirigida a reis, *vossa mercê*, até chegar em *você*, forma usada no Brasil. Em *Contribuição para um inquérito linguístico no litoral do Paraná*, a autora Serafina Traub Borges do Amaral, faz um estudo na região de Paranaguá, no Paraná, sob a orientação do já citado professor Pinheiro Reis. Em *O romance moçárabico lusitano*, há uma sistematização dos dialetos de base latina, aumentada de elementos árabes falados pelas comunidades cristãs durante a dominação muçulmânica na Península Ibérica. Assim também acontece em *Espanha dialetal*, em que Pinheiro Reis tenta explicar a existência, no antigo território da Hispânia, de dialetos aparentemente numerosos e três línguas literárias bem distintas: o português, o espanhol e o catalão.

Estabelecendo alguns nexos de regularidades que regem a dispersão, notamos que os discursos em torno da língua(gem), no início dos anos 1950, no que

diz respeito à abordagem sincrônica, vai ganhando supremacia diante dos estudos que se faziam, ocasionando tensões entre as orientações diacrônicas e sincrônicas. A dialetologia, que no início era praticada como um aspecto importante da filologia tradicional, inclusive no seu aspecto diacrônico, começa a perder essa motivação e incorpora seus estudos no estruturalismo, voltando-se ao viés sincrônico para marcar um lugar diferenciado de ruptura nos estudos sobre a língua do Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, nossa proposta foi voltar o olhar para a (trans)formação no regime dos saberes sobre a linguagem, a partir um retorno ao arquivo da memória da Linguística no Brasil. Para tanto, tomamos como material de análise artigos publicados na Revista Letras, da Universidade Federal do Paraná, sendo esta a revista mais antiga na área dos estudos linguísticos e que circula ininterruptamente até os dias atuais. O eixo de reflexão desta pesquisa toma como ponto de partida o ano de 1953 e como ponto de chegada o ano de 1968. Os artigos circulados nessa época sinalizam, de forma valiosa, os primeiros passos em direção à institucionalização.

Partimos do pressuposto de que o retorno ao passado e à memória tem como alvo a compreensão do presente, pois é investigando o campo dos enunciados que se torna possível entender os acontecimentos discursivos que possibilita(ra)m a emergência de outros enunciados e a produção de “novos” sentidos. Além disso, ao longo da dissertação, consideramos que o discurso é:

[...] um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’) a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT, 2013a. p.137).

A análise do discurso de filiação francesa – vinculada aos trabalhos de Michel Pêcheux e seu grupo – as contribuições acerca do discurso como materialização das práticas de saber-poder e dos jogos de verdade, tal como concebe Michel

Foucault, muito nos ajudaram a estudar e compreender os processos sócio-históricos que instituíram a disciplina da Linguística.

Os conceitos de memória discursiva e de arquivo possibilitou-nos a mobilização e análise do nosso *corpus*, para reconhecer regularidades de enunciados que, na dispersão, servem, se esquivam, permitem ou impedem “a realização de um desejo”, são dóceis ou rebeldes a interesses, entram “na ordem das contestações e das lutas”, tornam-se “tema de apropriação ou de rivalidade” (FOUCAULT, 2012, p.119), integrando-se, desse modo, em uma verdadeira batalha discursiva. Tendo mirado, fundamentalmente o conceito de enunciado, foi possível compreender o funcionamento de alguns discursos que contribuíram com a produção do conhecimento científico, produção que se faz/fez em condições históricas específicas.

Nosso método de análise buscou uma regularidade na própria dispersão de linguagens, nos artigos materializados na primeira revista de linguística que circulou no Brasil. Em vista disso, não bastou conhecer e estudar somente os artigos que fazem parte do nosso recorte, mas foi necessário investigar o que veio antes, as condições de existência que determinaram o surgimento de tais enunciados.

Assim sendo, propusemo-nos a olhar para o passado, para a breve história da linguística. Ali, em meio a verdades cristalizadas, pudemos problematizar o lugar de Mattoso Câmara Jr. na institucionalização da linguística e perceber que esse lugar está envolto em complexas relações de saber-poder e de jogos de verdades que silenciam e apagam alguns efeitos sentidos em determinada época e reverberam, de maneira diferente, em outra.

Os numerosos artigos presentes na Revista Letras constituem um conjunto de formulações enunciativas que nos fizeram entender certos modos sobre como se organizaram os saberes sobre a língua e a linguagem. Entretanto, analisar um a um os artigos selecionados para esta pesquisa, seria uma tarefa que ultrapassaria os objetivos aqui propostos. Fomos, então, incitados a fazer uma seleção, a fim de verificar alguns discursos com que pudéssemos analisar a partir dos conceitos trazidos do interior desta pesquisa – enunciado, memória discursiva, arquivo, etc. Em decorrência disso, pudemos perceber algumas relações e regularidades como: (i) a publicação constante de Mansur Guérios; (ii) a predominância de um discurso

dialetológico; (iii) enunciados que mantêm uma visão da gramatical tradicional; (iv) uma visão filológica e enunciados que apresentam efeitos de sentidos fundadores de uma nova fase na Linguística.

Apesar da heterogeneidade existente nos discursos analisados, observamos regularidades discursivas que estão estabilizadas, ou melhor, apresentam continuidades nos saberes linguísticos, mas também as análises nos permitiram notar discontinuidades, rupturas no percurso teórico que se desenvolvia. Também foi possível flagrar enunciados que ficam no entremeio, exprimem uma metodologia vigente e ao mesmo tempo acrescentam um novo discurso que rompe com certos preceitos estabelecidos, como nos artigos com temas da dialetologia.

A partir de elementos deflagrados nesse processo, em diálogo com outras produções, outros discursos, foi-nos possível delinear a constituição de parte do processo de institucionalização da linguística no Brasil.

5. REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALTMAN, Cristina. Memórias da linguística brasileira. *Revista da Anpoll*. 2, 173-189, 1996.

_____, Cristina. *A pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1998.

_____. A conexão americana: Mattoso Câmara e o círculo linguístico de Nova Iorque. *D.E.L.T.A. 20: ESPECIAL*, 129-158, 2004.

AMARAL, AMADEU. *O dialeto caipira*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000004.pdf>. Acesso em set. de 2014.

ANUÁRIO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, Ciências e Letras 1939-1949. São Paulo. Faculdade de Filosofia. Ciências e Letras. v. I e II, 1953.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault, um arquegenealogista do saber, do poder e da ética. In: *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: Edufsc, n.35, p. 37-55, abril de 2004.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs). *As ciências do Léxico*. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Campo Grande. UFMS, 1998, p.11-20.

BORNATTO, Suzete de P. *A tradição e os singulares: o ensino de português proposto em livros didáticos por professores universitários do paraná (1944 a 1980)*. 2011, 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BORGES NETO, José. *História da lingüística no Brasil*. Estudos lingüísticos XXXIV, Campinas (SP), 2005, p. 4 -13. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos->

[2005/4publica-estudos-2005-pdfs/1-convidado-borges.pdf](#) . Acesso em jan. de 2013.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim. *História da linguística*. Trad. Maria do Amparo Barbosa de Azevedo do manuscrito em inglês de 1962. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. *Dicionário de lingüística e gramática: referente a língua portuguesa*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. Língua e cultura. In *Revista Letras*. n 4. p. 51-59.1955. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/view/20046>. Acesso em: set. de 2014.

_____. A classificação das línguas indígenas no Brasil. In: *Revista Letras*. n10. p.56-66. 1959. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/download/19949/13156>. Acesso em ago. de 2014.

_____. Nomenclatura gramatical. In: *Revista Letras*. n 11. p.1-16. 1960. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/view/19899>. Acesso em ago. 2014.

CAMPOS, Neves. Intelectuais, educação e catolicismo na capital do Paraná. In: *Revista da FAEEBA- Educação e Contemporaneidade*. Salvador: v.20, n.35, p.137-150, jan./jun. 2011.

CASTILHO, Ataliba T, de. Reflexões sobre a área de filologia e língua portuguesa. In. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*. n.4, p.221-290, 2001. .

COURTINE, Jean Jacques. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Tradução de Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Asgra Luzzatto, 1999. p. 15 – 22.

_____. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. Tradução: Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DELEUZE, GILLES. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DUARTE, Paulo. Dialeto caipira e língua brasileira. In: AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: o Livro, 1955.

DUBOIS, Jean. *et al. Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

FIORIN, J.L. A criação do curso de letras no Brasil e as primeiras orientações de

pesquisa Linguística universitária. In: *Revista Língua e Letras*. p.11-27 Vol 7, n. 2, 1º sem de 2006. Disponível em: www.unioeste.br/saber .

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERREIRA, M.C.L. O quadro atual da análise do discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: INDURSKY, F. FERREIRA, M.C.L. (Org.) *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p.13-22.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P & DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 1999.

_____. Estruturalismo e pós-estruturalismo. In: *Telos*, vol XVI, p. 195-211. Trad. Bras. Em: Motta, M. B. (Org). *Michel Foucault. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. (Col. Ditos & Escritos II). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 307-334.

_____. Michel. Retornar à História. In: Motta, M. B. (org.). M. FOUCAULT. *Ditos & Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *Entrevistas Roger Pol-Droit*. São Paulo: Graal, 2004.

_____. *A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *A arqueologia do saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, Vanice.; NAVARRO-BARBOSA, Pedro.M. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, p.23-44.

_____. Michel Pêcheux e a história da epistemológica da Linguística. *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, v 6, nº1, 2005, p.99-111.

_____. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Discurso, história e produção de identidades na mídia. In: FONSECA-SILVA; POSSENTI, S. (Org.). *Mídia e rede de memória*. Vitória da Conquista: UESB, 2007,

p.39-60.

GUÉRIOS, Mansur. Tabus Lingüísticos. *Revista Letras*. Curitiba, v.3, n 3, p. 7 – 37, 1955. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/viewFile/20057/13237>. Acesso em: set. de 2014.

GUÉRIOS, Mansur. Tabus Lingüísticos (continuação) *Revista Letras*. Curitiba, v.5-6, n 5-6, p. 1 – 9, 1955. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/view/20027/13209>. Acesso em: set. de 2014.

ILARI, Rodolfo. O Estruturalismo Linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs) *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. v.3.

LE GOOF, Jacques. Documento/ Monumento. In: *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do Discurso: reler Michel Pêcheux hoje; tradução Eni P. Orlandi*. Campinas: Pontes, 2003.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MARTELOTA, Mário Eduardo. et all. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

MILLARCH, A. Guérios, o filósofo. O Estado do Paraná , Curitiba, 03.08.86. Disponível em: <http://www.tabloidedigital.com.br/artigo/um-homem-uma-mulher>. Acesso em jun. de 2014.

ORLANDI , Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória In: ACHARD, P.et al. *Papel da memória*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (ADD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997. p.61-161.

_____. FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e perspectivas. In GADET, F. ; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*.

Uma introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997, p.163-252.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. O estranho espelho da Análise do Discurso. Prefácio ao texto de COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçados aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, P.et al. *Papel da memória*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

_____. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: 3ª Edição – Pontes Editores, 2012.

ROBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Brasília: INL, 1979.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A obra científica de Joaquim Mattoso Câmara Jr. In *Estudos da Lingua(gem)*. Vitória da Conquista. n 2. p. 11-28. Dezembro 2005. Disponível em: <http://www.estudosdalinguagem.org/revistas/02/rodrigues%5B1%5D.pdf>. Acesso em set. de 2014.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão veredas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

SAPIR, Edward. *A Linguagem: Introdução ao estudo da Fala*. 2. ed. Tradução: J. Mattoso Câmara Jr. São Paulo: Perspectiva, 1980.

_____. *Linguística como Ciência: Ensaios*. 2. ed. Tradução: J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SARAMAGO, José. *A caverna*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2000.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P.M. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, p.77-96.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 28.ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

UCHÔA, Carlos E. F. *Mattoso Câmara: um novo discurso sobre o estudo da linguagem no Brasil*. DELTA [online]. 2004, vol.20, n. spe, p. 1-8.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola

Editorial, 2002.